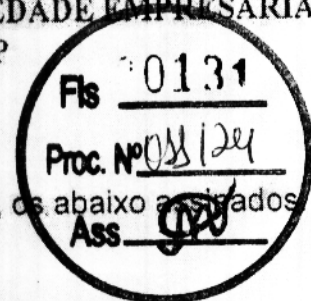


**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA C. C. SOARES & CIA LTDA EPP**



Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, os abaixo assinados

CLOVES CARLOS SOARES, brasileiro, natural de Poção de Pedras (MA), nascido em 22/11/1964, casado em regime comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 053.208.192.014-0 SESP/MA e CPF nº 329.841.033-00, **MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES**, brasileira, natural de Paraibano (MA), nascida em 08/09/1970, casada em regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 060.668.162.016-6 SESP/MA e CPF nº 476.034.613-91, ambos residentes e domiciliados à Rua Sebastião Barbosa, nº 623, Centro, Chapadinha (MA), CEP 65.500-000, únicos sócios da Sociedade Limitada com a denominação de **C. C. SOARES & CIA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.602.952/0001-24, com sede social à Avenida Kennedy, nº 275, Centro, Chapadinha (MA) CEP 65.500-000, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob NIRE nº 21.20058635-9, em sessão de 23/09/2005 e última Alteração Contratual arquivada sob o nº 20.13075163-4 em sessão de 25/11/2013, resolvem de pleno e comum acordo, alterar e consolidar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

Cláusula primeira - A sociedade, com relação a sua matriz inscrita no CNPJ 07.602.952/0001-24, terá sede e domicílio à Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010, Centro, Chapadinha (MA) CEP 65.500-000.

Parágrafo único - A sociedade, com relação a sua filial inscrita no CNPJ 07.602.952/0002-05, permanece sediada e domiciliada à Avenida Ataliba Vieira de Almeida, nº 1274, Centro, Chapadinha (MA) CEP 65.500-000.

Cláusula segunda - A sociedade, com relação a sua matriz inscrita no CNPJ 07.602.952/0001-24, terá como objetivo: (47.31-8/00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.32-6/00) Comércio varejista de lubrificantes; (49.30-2/03) Transporte rodoviário de produtos perigosos; (55.10-8/01) Hotéis; (45.30-7/03) Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; (45.20-0/04) Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; (45.41-2/04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas.

Parágrafo único - A sociedade, com relação a sua filial inscrita no CNPJ 07.602.952/0002-05, terá como objetivo: (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2018 17:12 SOB Nº 20180310976.
PROTOCOLO: 180310976 DE 19/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801495526. NIRE: 21200586359.
C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 20/04/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

REGISTRO 953208192014-0 14/07/2014
 CLOVES CARLOS SOARES
 JOSE SOARES SOBRINHO E MARIA CARLOS SOARES
 NATALIDADE: POCAO DE PEDRAS - MA DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1964
 CASAM. N.2.918 FLS.210 LIV.10-B-AUX
 329641033-00
 VIA-02
 LEIN 71160520681



Fls 0132
 Proc. Nº 085124
 Ass. *[Signature]*

[Large handwritten mark]

[Small handwritten mark]

06/12/2016

06058162016-6

MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

DOMINGOS DE BRITO LIRA E BENTA COELHO
BRITO LIRA

PARAIBANO - MA

CASAM. N. 2918 FLS. 210 LIV. 10B

476034613-91

P-13

VIA-01

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7116 DE 24/08/2016



[Handwritten signature]



Secretaria Municipal de Fazenda
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
2024

Nº 53/2024

Insc. Municipal
3299-9

CNPJ
07.602.952/0001-24

Data da Constituição
23/09/2005

Nome/Razão Social
C. C. SOARES & CIA. LTDA

Data de Início
23/09/2005

Denominação Comercial
POSTO CIDADE HOTEL

Natureza Jurídica
206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Vinculação
ENTIDADES EMPRESARIAIS

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividade Principal
4731800-COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES

Atividades Secundárias

5510801 - HOTEIS
4512901 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES
4520004 - SERVICOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES
4530703 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
4541203 - COMERCIO A VAREJO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS NOVAS
4541204 - COMERCIO A VAREJO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS USADAS
4541206 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS
4543900 - MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS
4732600 - COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES
4930203 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

LOCALIZAÇÃO

Logradouro
AVENIDA ATALIBA ALMEIDA
Complemento

Quadra
Bairro
CENTRO

Número
2010

Data de Cadastro
16/02/2021

Validade
31/12/2024

Código de Autenticação
GPON-U62H

Informações Adicionais

[Assinatura]
Prefeitura Mun. de Chapadinha
Elma Machado Araújo
Departamento de Patrimônio
Tributos e Arrecadação

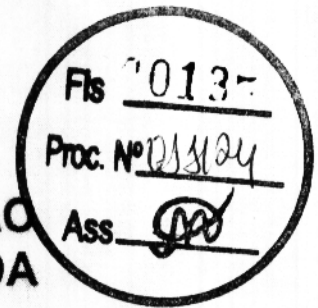
CHAPADINHA-MA, 12 de janeiro de 2024

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO

12/01/2024 09:30:09



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 004151/24

Data da

16/01/2024 16:36:10

Inscrição Estadual: 122224132

CPF/CNPJ: 07602952000124

Razão Social: C C SOARES & CIA LTDA EPP

Endereço: AVE ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010 CEP: 65500000 - CENTRO

Telefone: (98)88336184

Município: CHAPADINHA

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

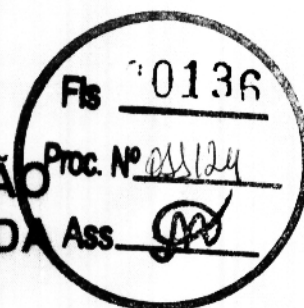
Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 15/05/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 051296/24

Data da

08/02/2024 09:49:22

Inscrição Estadual: 122224132

CPF/CNPJ: 07602952000124

Razão Social: C C SOARES & CIA LTDA EPP

Endereço: AVE ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010 CEP: 65500000 - CENTRO

Telefone: (98)88336184

Município: CHAPADINHA

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 07/06/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/04/2024 08:53:07

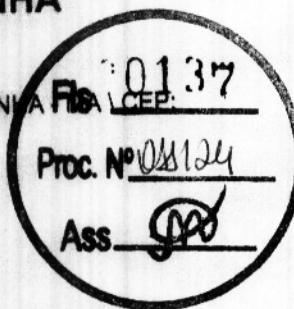
PREFEITURA DE CHAPADINHA

SECRETARIA DE FAZENDA

CNPJ: 06.117.709/0001-58

AV. PRESIDENTE VARGAS, 310 \ CENTRO \ CHAPADINHA

65500000



10/04/2024 10:56:41
USUÁRIO: JACKSON

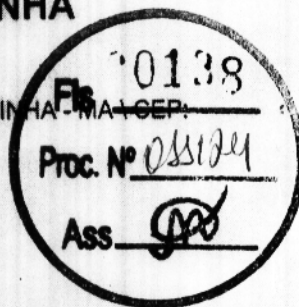
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 529/2024

AUTENTICAÇÃO: sbSwSCels2l1DWQbd3nDqrWojqc9lQof

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, para fins de quitação de tributos fiscais, que a empresa **C. C. SOARES & CIA. LTDA**, inscrita no CNPJ-MF sob nº **07.602.952/0001-24**, situada neste Cidade, **AVENIDA ATALIBA ALMEIDA, 2010 CENTRO**, encontra-se quite com os tributos municipais, bem como a **DÍVIDA ATIVA**, até a presente data, ficando ressalvados os direitos desta Municipalidade cobrar dividas posteriormente comprovadas.

A presente Certidão terá validade até **09/07/2024**.

CHAPADINHA-MA, 10/04/2024.



10/04/2024 11:14:54
USUÁRIO: JACKSON

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 530/2024
AUTENTICAÇÃO: JMFPTxxGsNofbluUrOTy3mLc80uXg2x0

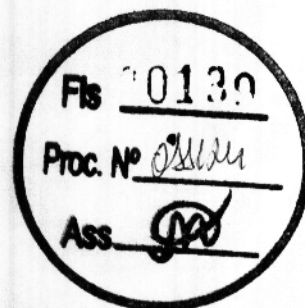
CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para fins de quitação de tributos fiscais, que a empresa **C. C. SOARES & CIA. LTDA**, inscrita no CNPJ-MF sob nº **07.602.952/0001-24**, situada nesta Cidade **AVENIDA ATALIBA ALMEIDA, 2010 CENTRO**, encontra-se quíte com os tributos municipais, até a presente data, ficando ressalvados os direitos desta Municipalidade cobrar dívidas posteriormente comprovadas.

A presente Certidão terá validade até **09/07/2024**.

CHAPADINHA-MA, 10/04/2024.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: C. C. SOARES & CIA. LTDA
CNPJ: 07.602.952/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

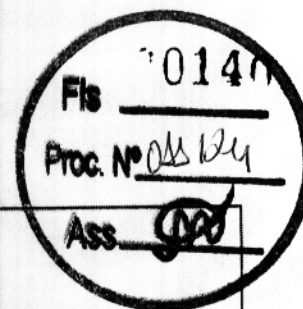
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:22:24 do dia 22/03/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/09/2024.

Código de controle da certidão: **F767.0B61.57CD.4227**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 07.602.952/0001-24
Razão Social: C C SOARES E CIA LTDA
Endereço: RUA JOSE PAULO BOGEA 650 / CENTRO / ITAPECURU MIRIM / MA / 65485-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/03/2024 a 27/04/2024

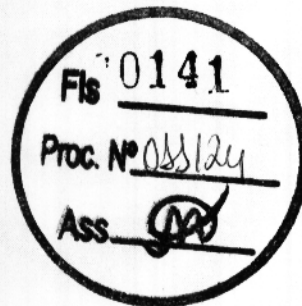
Certificação Número: 2024032901004145544357

Informação obtida em 13/04/2024 09:34:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS



CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
NEGATIVA

EMPREGADOR: C. C. SOARES & CIA. LTDA

INSCRIÇÃO: 07.602.952/0001-24

DATA E HORA DA EMISSÃO: 24/04/2024, às 13:20:13, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP nº 667/2021, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. Expedida com base na Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021. Emitida gratuitamente.



Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

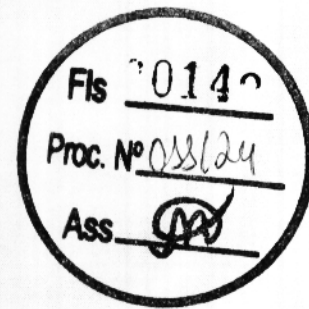
Endereço: <https://eprocessos.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar>

Código: MKWCPGKV3A

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS



CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
NEGATIVA

EMPREGADOR: CLOVES CARLOS SOARES

INSCRIÇÃO: 329.841.033-00

DATA E HORA DA EMISSÃO: 24/04/2024, às 13:21:26, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP n° 667/2021, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. Expedida com base na Portaria MTP n° 667, de 8 de novembro de 2021. Emitida gratuitamente.

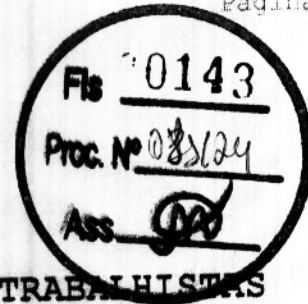


Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

Endereço: <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar>

Código: YRPYL8MY6N

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: C. C. SOARES & CIA. LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.602.952/0001-24

Certidão nº: 28569975/2024

Expedição: 24/04/2024, às 13:40:26

Validade: 21/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que C. C. SOARES & CIA. LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.602.952/0001-24, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

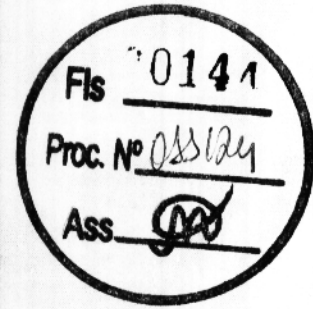
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS



CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
NEGATIVA

EMPREGADOR: MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

INSCRIÇÃO: 476.034.613-91

DATA E HORA DA EMISSÃO: 24/04/2024, às 13:22:32, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP n° 667/2021, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. Expedida com base na Portaria MTP n° 667, de 8 de novembro de 2021. Emitida gratuitamente.

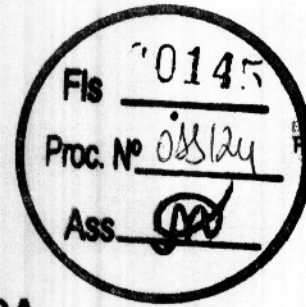


Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

Endereço: <https://eprocessos.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar>

Código: 4DK29BQR2E

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

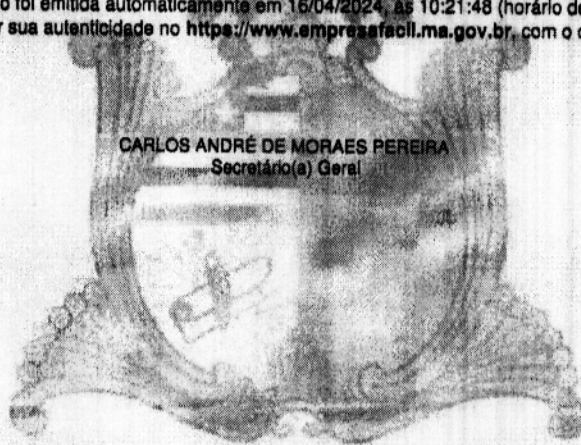
Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

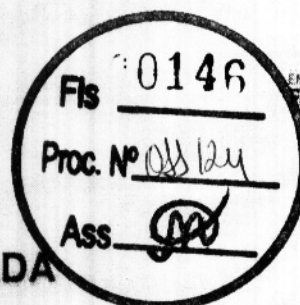
Certificamos que C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:		Protocolo: MAC2403343450	
NIRE 21200586359 CNPJ 07.602.952/0001-24		Situação ATIVA Status SEM STATUS	
Endereço Completo Avenida ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, Nº 2010, xxxxx, CENTRO - Chapadinha/MA - CEP 65500-000			
Arquivamentos Posteriores			
Ato	Número	Data	Descrição
223	20231065884	17/08/2023	BALANCO
223	20211040304	10/08/2021	BALANCO
002	20180310976	20/04/2018	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20180310976	20/04/2018	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20151029156	16/07/2015	BALANCO
002	20130751634	25/11/2013	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20100705235	06/12/2010	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20080211003	13/06/2008	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	21900187104	29/04/2008	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
315	20050351672	23/09/2005	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21200586359	23/09/2005	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/04/2024, às 10:21:48 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código NKV1TPMQ.

MAC2403343450

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

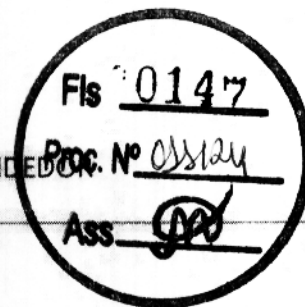
Nome Empresarial: C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP			Protocolo: MAC2403343420		
NIRE : 21200586359 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 21200586359	CNPJ 07.602.952/0001-24	Data de Ato Constitutivo 23/09/2005	Início de Atividade 22/09/2005		
Endereço Completo Avenida ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, Nº 2010, CENTRO - Chapadinha/MA - CEP 65500-000					
Objeto Social 4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores 4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 5510-8/01 - Hotéis 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores 4541-2/03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas 4512-9/01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores 4543-9/00 - Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas 4541-2/05 - Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas 4541-2/04 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas					
Capital Social R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) Capital Integralizado R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)		Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio		Participação no capital		Espécie de sócio	
Nome CLOVES CARLOS SOARES		CPF/CNPJ 329.841.033-00		R\$ 540.000,00	
Nome MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES		CPF/CNPJ 476.034.613-91		R\$ 60.000,00	
Dados do Administrador		CPF		Término do mandato	
Nome CLOVES CARLOS SOARES		329.841.033-00		Indeterminado	
Último Arquivamento		Número		Ato/eventos	
Data 17/08/2023		20231065884		223 / 223 - BALANÇO	
Situação ATIVA Status SEM STATUS					
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 21900187104 Endereço Completo AVE ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, Nº 1274, CENTRO, Chapadinha, MA, CEP: 65500000 CNPJ: 07.602.952/0002-05					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/04/2024, às 10:21:31 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código 5H1XXBAV.
CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

24/04/24, 18:21

Emissão de Certificado

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR



Razão Social : C. C. SOARES & CIA. LTDA

CNPJ : 07602952000124

Nro. de Autori-
zação : PR/MA0189276

Nro. Despacho : ANP Nº 1.197

Data da Publi-
cação : 22/10/2018

Endereço : AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA - 2010 - - CENTRO - CHAPADINHA - MA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Emitido às **18:21:42** horas do dia **24/04/2024** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **A67973DBDBBBB6E**

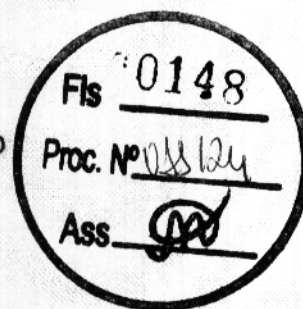
Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
2ª Vara da Comarca de Chapadinha



CERTJUDONE-2VCH - 1272024
Código de validação: 3E316322E6

Número da guia: 24052201001769884.

**CERTIDÃO DE FALÊNCIA E
CONCORDATA**

USANDO da faculdade que me confere a LEI. **CERTIFICO** a requerimento verbal de pessoa interessada que, dando busca em nossos Arquivos dos feitos da **Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e Extrajudicial e Insolvência Civil**, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e Extrajudicial e Insolvência Civil, contra **C. C. SOARES & CIA. LTDA**, nome fantasia **POSTO CIDADE** inscrita no **CNPJ nº07.602.952/0001-24**, com endereço na **AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA / CENTRO / Nº2010 / CHAPADINHA-MA**, finalmente, que esta certidão abrange somente as Varas comuns do Termo Judiciário de Chapadinha/MA, e que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargadora Judith de Oliveira Pacheco", nesta cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão. subscrevo e assino. Chapadinha/MA, **16 de ABRIL de 2024. A presente certidão é emitida em uma única via, sem rasuras, terá validade de 60 (sessenta) dias a contar desta data, conforme art. 198 e 199 do Provimento nº 11, de 08/10/2013, do Código de Normas da CGJ/MA.**

JOSIELI LOPES MONTELES
Secretária Judicial de Entrância Intermediária
2ª Vara da Comarca de Chapadinha
Matrícula 178301

Documento assinado. CHAPADINHA, 16/04/2024 17:58 (JOSIELI LOPES MONTELES)



CERTJUDONE-2VCH - 1272024 / Código: 3E316322E6
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

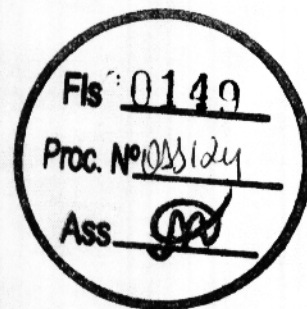
Antes de imprimir por favor, confira a responsabilidade com o meio ambiente.

[Handwritten signature]



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
2ª Vara da Comarca de Chapadinha



CERTJUDONE-2VCH - 1302024
Código de validação: CD186C1D7B

Número da guia: 24052201001772027.

CERTIDÃO DE EXECUÇÃO FISCAL
ESTADUAL

USANDO da faculdade que me confere a LEI. **CERTIFICO** a requerimento verbal de pessoa interessada que, dando busca em nossos Arquivos dos feitos, constatei **NÃO EXISTIREM**, até a presente data, distribuições de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL**, contra **C. C. SOARES & CIA. LTDA.** nome fantasia **POSTO CIDADE**, nome fantasia **POSTO CIDADE**, inscrita no **CNPJ nº 07.602.952/0001-24**, com endereço na **AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA / CENTRO / Nº2010 / CHAPADINHA-MA.** **CERTIFICO**, finalmente, que esta certidão abrange somente as Varas comuns do Termo Judiciário de Chapadinha/MA, e que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargadora Judith de Oliveira Pacheco", nesta cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão. subscrevo e assino. Chapadinha/MA, **18 de ABRIL de 2024.** A presente certidão é emitida em uma única via, sem rasuras, terá validade de 60 (sessenta) dias a contar desta data, conforme art. 198 e 199 do Provimento nº 11, de 08/10/2013, do Código de Normas da CGJ/MA.

JOSIELI LOPES MONTELES
Secretária Judicial de Entrância Intermediária
2ª Vara da Comarca de Chapadinha
Matrícula 178301

Documento assinado. CHAPADINHA, 18/04/2024 17:19 (JOSIELI LOPES MONTELES)



CERTJUDONE-2VCH - 1302024 / Código: CD186C1D7B
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

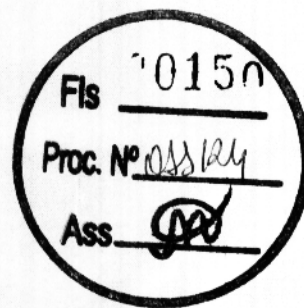
Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.

#ConsumoConsciente



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
2ª Vara da Comarca de Chapadinha



CERTJUDONE-2VCH - 1322024
Código de validação: 6E4C528B61

Número da guia: 24052201001772007.

CERTIDÃO DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL

USANDO da faculdade que me confere a LEI. **CERTIFICO** a requerimento verbal de pessoa interessada que, dando busca em nossos Arquivos dos feitos da **Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e Extrajudicial e Insolvência Civil**, até o dia 18 de ABRIL do corrente ano, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de pedido de **Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e Extrajudicial e Insolvência Civil** contra **C. C. SOARES & CIA. LTDA**, inscrita no **CNPJ: 07.602.952/0001-24**, com endereço **AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA / CENTRO / Nº2010 / CHAPADINHA**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário de Chapadinha, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "JUDITH DE OLIVEIRA PACHECO", nesta cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão. Eu, Josieli Lopes Monteles, Secretária Judicial da Distribuição, subscrevo e assino. Chapadinha/MA, 18 de ABRIL de 2023. **A presente certidão terá validade de 60 (sessenta) dias a contar desta data, conforme art. 198 do Provimento no 11, de 08/10/2013, do Código de Normas da CGJ/MA.**

JOSIELI LOPES MONTELES
Secretária Judicial de Entrância Intermediária
2ª Vara da Comarca de Chapadinha
Matrícula 178301

Documento assinado. CHAPADINHA, 18/04/2024 17:17 (JOSIELI LOPES MONTELES)



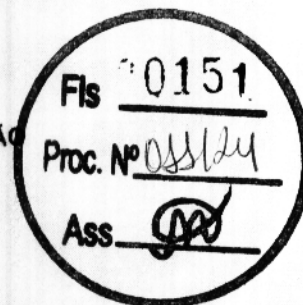
CERTJUDONE-2VCH - 1322024 / Código: 6E4C528B61
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
2ª Vara da Comarca de Chapadinha



CERTJUDONE-2VCH - 1312024
Código de validação: 996C6293B1

Número da guia: 24052201001772016.

CERTIDÃO CÍVEL E COMÉRCIO

USANDO da faculdade que me confere a LEI. **CERTIFICO** a requerimento verbal de pessoa interessada que, dando busca em nossos Arquivos dos feitos, constatei **NÃO EXISTIREM**, até a presente data, **distribuições de Ações Cíveis, Executivas Fiscais Municipais e Estaduais, Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e Extrajudicial e Insolvência Civil**, contra **C. C. SOARES & CIA. LTDA.** nome fantasia **POSTO CIDADE**, nome fantasia **POSTO CIDADE**, inscrita no CNPJ nº **07.602.952/0001-24**, com endereço na **AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA / CENTRO / Nº2010 / CHAPADINHA-MA**. **CERTIFICO**, finalmente, que esta certidão abrange somente as Varas comuns do Termo Judiciário de Chapadinha/MA, e que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no Termo Judiciário. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargadora Judith de Oliveira Pacheco", nesta cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão. subscrevo e assino. Chapadinha/MA, 18 de ABRIL de 2024. **A presente certidão é emitida em uma única via, sem rasuras, terá validade de 60 (sessenta) dias a contar desta data, conforme art. 198 e 199 do Provimento nº 11, de 08/10/2013, do Código de Normas da CGJ/MA.**

JOSIELI LOPES MONTELES
Secretária Judicial de Entrância Intermediária
2ª Vara da Comarca de Chapadinha
Matrícula 178301

Documento assinado. CHAPADINHA, 18/04/2024 17:19 (JOSIELI LOPES MONTELES)

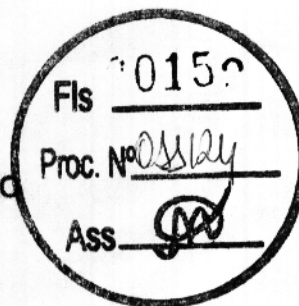


CERTJUDONE-2VCH - 1312024 / Código: 996C6293B1
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES PENAIS



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420319524

Código de Validação: 15bbc8fc80

NOME: CLOVES CARLOS SOARES

CPF: 329.841.033-00

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1964

FILIAÇÃO: MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de **AÇÕES PENAIS** distribuída(s) e que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Ações Penais contempla todas ações e execuções penais, inclusive da Auditoria Militar.

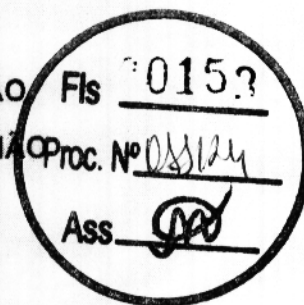
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, §2º, da Lei no 7.210/84 (LEP) e dos artigos 76, §6 e 89, da Lei no 9.099/95 e Resolução do CNJ no 121/2010.

Observações:

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420319958

Código de Validação: e21a659331

NOME: CLOVES CARLOS SOARES

CPF: 329.841.033-00

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1964

FILIAÇÃO: MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA distribuída(s) e que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

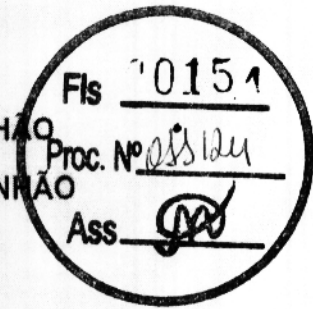
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Resolução CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FINS ELEITORAIS



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420320026

Código de Validação: 62c5e3214f

NOME: CLOVES CARLOS SOARES

CPF: 329.841.033-00

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1964

FILIAÇÃO: MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico para FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que esteja(m) em tramitação em nome da pessoa acima identificada.

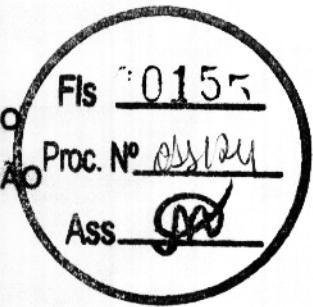
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, §2º, da Lei no 7.210/84 (LEP) e do artigo 76, §6º, da Lei no 9.099/95, Lei complementar 135/2010 e Resolução do CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES CÍVEIS



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420320530

Código de Validação: 987d919b6d

NOME: CLOVES CARLOS SOARES

CPF: 329.841.033-00

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1964

FILIAÇÃO: MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Tendo em vista a probabilidade de alguma ocorrência, inclusive a possibilidade de homônimos, a certidão não será disponibilizada de forma online.

Não foi possível obter a certidão de forma online. O interessado deverá entrar em contato (através de um dos e-mails abaixo) ou dirigir-se até o setor de distribuição do Fórum da Unidade Judicial mais próximo da sua residência para solicitar a certidão com a verificação da existência de possíveis ações em seu nome ou de homônimos nas seguintes unidades judiciais:

Comarca: São Luís Email: secciv3_slz@tjma.jus.br
– 3ª Vara Cível de São Luís(Pje)

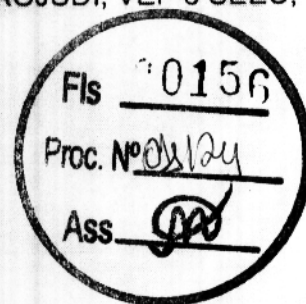
O comparecimento deverá ocorrer no horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 08:00h às 18:00h, de posse dos seguintes documentos: CPF; Documento de Identificação (RG, CTPS, Certidão de Nascimento, Casamento e/ou óbito) e comprovante de residência.

A Certidão de Ações Cíveis contempla todas as ações e execuções cíveis e fiscais estadual e municipal, ações e execuções da fazenda pública, de interesses difusos e coletivos, famílias, execuções patrimoniais, falências ou concordatas, recuperações judicial ou extrajudicial, insolvências civis, interdições, tutelas, curatelas, inventários e arrolamentos em andamento (abrangendo os processos da pessoa que ocupa o polo passivo), com exceção dos processos das Varas da Infância e Juventude.

Observações:

a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;

- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;

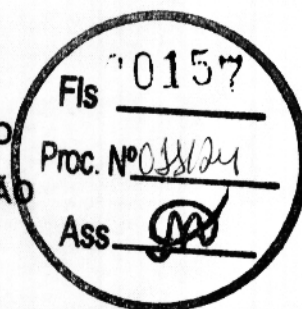


A large, stylized handwritten signature or mark, possibly a checkmark or a large 'S', located in the lower right quadrant of the page.

A small handwritten signature or mark located in the bottom right corner of the page.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES PENAIS



Data emissão: 24/04/2024

Data de validade: 24/06/2024

Nº da certidão: 12420443535

Código de Validação: b1b50ae5d4

NOME: MARIA NAZARET COELHO BRITO

CPF: 476.034.613-91

DATA DE NASCIMENTO: 08/09/1970

FILIAÇÃO: BENTA COELHO BRITO LIRA / DOMINGOS DE BRITO LIRA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de **AÇÕES PENAIS** distribuída(s) e que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Ações Penais contempla todas ações e execuções penais, inclusive da Auditoria Militar.

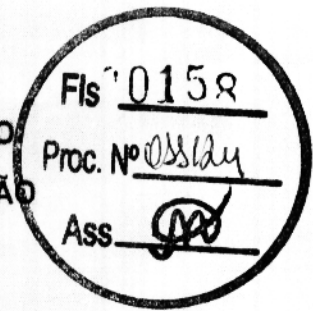
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, §2º, da Lei no 7.210/84 (LEP) e dos artigos 76, §6 e 89, da Lei no 9.099/95 e Resolução do CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



Data emissão: 24/04/2024

Data de validade: 24/06/2024

Nº da certidão: 12420443888

Código de Validação: a3f7838517

NOME: MARIA NAZARET COELHO BRITO

CPF: 476.034.613-91

DATA DE NASCIMENTO: 08/09/1970

FILIAÇÃO: BENTA COELHO BRITO LIRA / DOMINGOS DE BRITO LIRA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA distribuída(s) e que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Resolução CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FINS ELEITORAIS



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420333780

Código de Validação: cf7394b7f6

NOME: MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

CPF: 476.034.613-91

DATA DE NASCIMENTO: 23/04/2024

FILIAÇÃO: BENTA COELHO BRITO LIRA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico para FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO e Juizados Especiais Criminais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que esteja(m) em tramitação em nome da pessoa acima identificada.

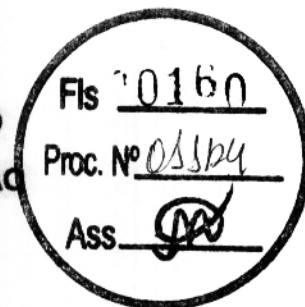
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, §2º, da Lei no 7.210/84 (LEP) e do artigo 76, §6º, da Lei no 9.099/95, Lei complementar 135/2010 e Resolução do CNJ no 121/2010.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 28/2018 e suas alterações;
- b) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- c) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- d) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- f) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES CÍVEIS



Data emissão: 23/04/2024

Data de validade: 23/06/2024

Nº da certidão: 12420335724

Código de Validação: cd4cb6abde

NOME: MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

CPF: 476.034.613-91

DATA DE NASCIMENTO: 23/04/2024

FILIAÇÃO: BENTA COELHO BRITO LIRA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Tendo em vista a probabilidade de alguma ocorrência, inclusive a possibilidade de homônimos, a certidão não será disponibilizada de forma online.

Não foi possível obter a certidão de forma online. O interessado deverá entrar em contato (através de um dos e-mails abaixo) ou dirigir-se até o setor de distribuição do Fórum da Unidade Judicial mais próximo da sua residência para solicitar a certidão com a verificação da existência de possíveis ações em seu nome ou de homônimos nas seguintes unidades judiciais:

Comarca: SaO LUIS Email:secciv3_slz@tjma.jus.br
- 3ª Vara Cível de São Luís(Pje)

O comparecimento deverá ocorrer no horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 08:00h às 18:00h, de posse dos seguintes documentos: CPF; Documento de Identificação (RG, CTPS, Certidão de Nascimento, Casamento e/ou óbito) e comprovante de residência.

A Certidão de Ações Cíveis contempla todas as ações e execuções cíveis e fiscais estadual e municipal, ações e execuções da fazenda pública, de interesses difusos e coletivos, famílias, execuções patrimoniais, falências ou concordatas, recuperações judicial ou extrajudicial, insolvências civis, interdições, tutelas, curatelas, inventários e arrolamentos em andamento (abrangendo os processos da pessoa que ocupa o polo passivo), com exceção dos processos das Varas da Infância e Juventude.

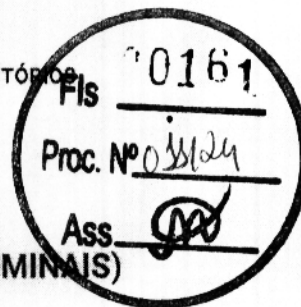
Observações:

a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)****1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CLOVES CARLOS SOARES**329.841.033-00****(MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO)****OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

Selo digital de segurança: **2024.CTD.TE64.L8A9.GNKN.KLIB.OV0W**

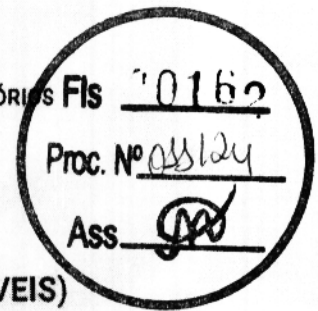
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



Fls. 0162

Proc. Nº 08124

Ass. [Signature]

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)

1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CLOVES CARLOS SOARES

329.841.033-00

(MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

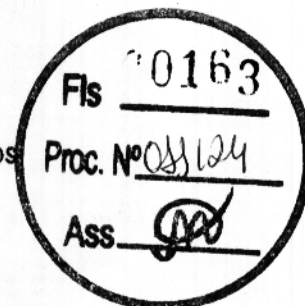
Selo digital de segurança: 2024.CTD.AE4D.BTU6.BC6P.WXS8.IDS5

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CLOVES CARLOS SOARES

329.841.033-00

(MARIA CARLOS SOARES)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no Inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

Selo digital de segurança: 2024.CTD.UXG7.V70K.GGKZ.DI4L.0SH5

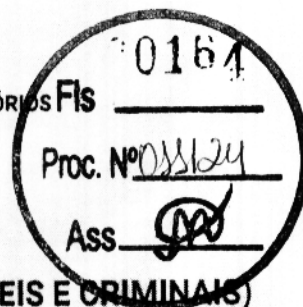
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CLOVES CARLOS SOARES

329.841.033-00

(MARIA CARLOS SOARES / JOSE SOARES SOBRINHO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

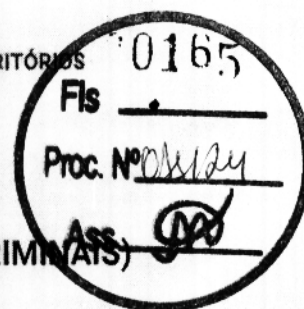
Selo digital de segurança: **2024.CTD.2LLC.OL04.PF3N.006U.5DKY**

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)****1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

476.034.613-91

(BENTA COELHO BRITO LIRA / DOMINGOD DE BRITO LIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

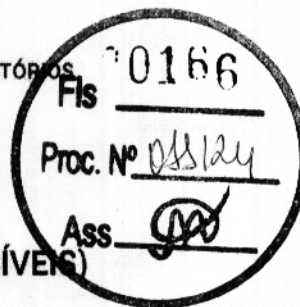
Selo digital de segurança: **2024.CTD.D0XF.6001.SD0J.7D2U.J7ZS**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)****1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

476.034.613-91

(BENTA COELHO BRITO LIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

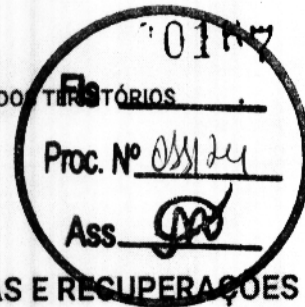
Selo digital de segurança: 2024.CTD.Q3PL.FNFO.GH4G.3A3D.BZUW

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

476.034.613-91

(BENTA COELHO BRITO LIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

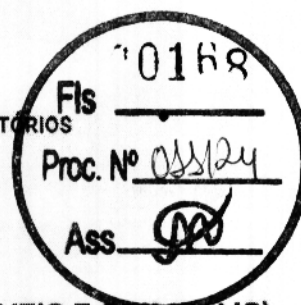
Selo digital de segurança: **2024.CTD.0LUN.7BHH.OLVM.LPJ6.LTYP**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA NAZARET COELHO BRITO SOARES

476.034.613-91

(BENTA COELHO BRITO LIRA / DOMINGOS DE BRITO LIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

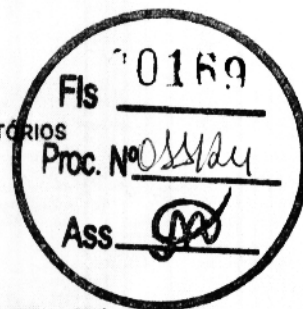
Selo digital de segurança: **2024.CTD.CTAR.FV7S.UKIH.XYTO.4ZNT**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)****1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

C. C. SOARES & CIA. LTDA**07.602.952/0001-24****OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

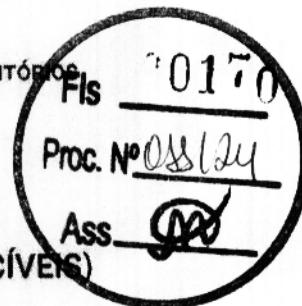
Selo digital de segurança: **2024.CTD.JPII.F858.88V2.WGS8.LZLH**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)****1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

C. C. SOARES & CIA. LTDA

07.602.952/0001-24

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

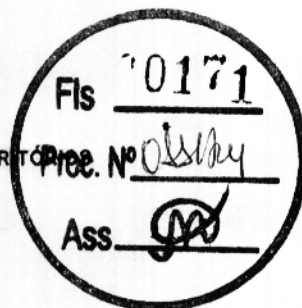
Selo digital de segurança: 2024.CTD.8CRF.0QC8.62UG.SP5M.DVOA

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) **1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

C. C. SOARES & CIA. LTDA
07.602.952/0001-24

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

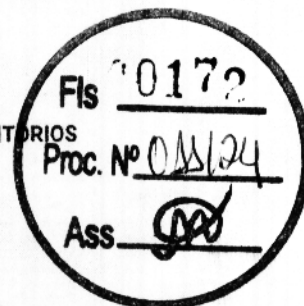
Selo digital de segurança: **2024.CTD.W1Z1.Q6JE.UCYQ.ZVS5.JVHX**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)**
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 23/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

C. C. SOARES & CIA. LTDA
07.602.952/0001-24

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

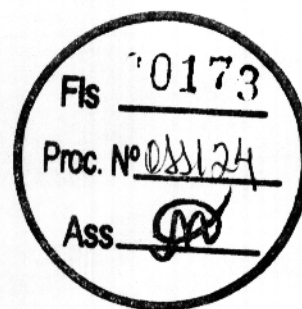
Emitida gratuitamente pela internet em: 23/04/2024

Selo digital de segurança: **2024.CTD.E1BW.XFNS.2Y7K.47RB.DS2B**

**** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ****

TERMO DE ABERTURA**LIVRO DIÁRIO**

Nº de Ordem 5



Contém este livro 7547 FOLHA(s) numeradas eletronicamente do número 1 a 7547 e servirá de Livro Diário, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : C C SOARES E CIA LTDA EPP
 Endereço : AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010
 Bairro : CENTRO
 C.E.P. : 65500-000
 Cidade : CHAPADINHA / MA

Registrado em JUCEMA
 sob NIRE nº 21.20058635-9

Arquivado em 23/09/2005

Inscrição Estadual nº 122224132
 C.N.P.J. nº 07.602.952/0001-24

Chapadinha/MA, 01 de Janeiro de 2021

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
 Assinado de forma digital por
 JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
 Dados: 2024.04.16 18:10:34 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
 Contador
 C.P.F.: 032.534.076-59
 R.G. : 066.343.362.018-0
 C.R.C.: MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
 Assinado de forma digital por
 CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
 Dados: 2024.04.16 18:14:25 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES
 Sócio-administrador
 C.P.F.: 329.841.033-00
 R.G.: 532081920140 SESP/MA

BALANÇO PATRIMONIAL**C C SOARES & CIA LTDA EPP**

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro - Cep : 65500-000

CHAPADINHA / MA

CNPJ : 07.602.952/0001-24

Local de Registro : Jucema

Período de Movimento : JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021

Inscrição Estadual : 122224132

Data Registro : 23/09/2005

Fls

0174

0054

Proc. Nº

ASS

Número Registro: 21.20058635-9

Folha: 7545

Balanco Consolidado Matriz/Filiais**ATIVO**

CIRCULANTE	1.716.049,61 D
DISPONIVEL	1.118.899,78 D
CAIXA	200.916,98 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	627.503,49 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	290.479,31 D
CREDITOS	4.341,06 D
TRIBUTOS A RECUPERAR	4.341,06 D
ESTOQUES	592.808,77 D
ESTOQUES DE MERCADORIAS	592.808,77 D
ATIVO NAO CIRCULANTE	270.510,25 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.839,16 D
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.839,16 D
IMOBILIZADO	268.671,09 D
IMOBILIZADO EM USO	357.609,94 D
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	88.938,85 C

TOTAL DO ATIVO =====>**1.986.559,86 D****PASSIVO**

CIRCULANTE	124.287,97 C
FORNECEDORES GERAIS	6.266,25 C
FORNECEDORES	6.266,25 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	37.487,67 C
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	26.065,39 C
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.422,28 C
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	12.908,75 C
IMPOSTOS A RECOLHER	12.908,75 C
PROVISÕES	67.627,30 C
PROVISÕES TRABALHISTAS	67.627,30 C
PASSIVO NAO CIRCULANTE	48.831,15 D
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	48.831,15 D
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	48.831,15 D
PATRIMONIO LIQUIDO	1.911.103,04 C
CAPITAL SOCIAL	600.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	600.000,00 C
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.311.103,04 C
RESULTADOS ACUMULADOS	1.311.103,04 C

TOTAL DO PASSIVO =====>**1.986.559,86 C**

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :

R\$ 1.986.559,86 (Um Milhão e Novecentos e Oitenta e Seis Mil e Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Oitenta e Seis Centavos)

CHAPADINHA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2021

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659

Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2024.04.16 18:11:58 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300

Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.16 18:14:01 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

CONTADOR

C.P.F. :032.534.076-69 RG : 066.343.362.018-0

C.R.C. :MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F. :329.841.033-00

R.G. :532081920140 SESP/MA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021**C C SOARES & CIA LTDA EPP**

0054

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro Cep : 65500-000

Chapadinha / MA

CNPJ / CEI : 07.602.952/0001-24

Inscrição Estadual: 122224132

Local de Registro: Jucema

Data do Registro: 23/09/2005

Nº do Registro: 21.20058635-9

Período Movimento: JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021

FOLHA: 7546

Demonstração Consolidada Matriz/Filiais**Re_ulta Bruta de vendas e/ou serviços****RECEITAS DE VENDAS**

15.529.767,35

(-) Deduções das re_ultas brutas**DEDUÇÕES DE VENDAS**

22.787,22

IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

23.012,25

(=) Re_ulta Líquida de Vendas e/ou Serviços

15.483.967,88

(-) Custos de bens e/ou serviços vendidos**CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS**

11.365.367,63

(=) Lu_uro Bruto

4.118.600,25

(-) Despesas Operacionais**DESPESAS COM PESSOAL / MÃO-DE-OBRA**

534.958,36

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

185.403,72

DESPESAS GERAIS

3.228.741,75

DESPESAS FINANCEIRAS

7.325,29

ENCARGOS PAGAMENTOS EM ATRASO

5.075,60

(=) Lu_uro Operacional antes do Resultado Financeiro

157.095,53

(+) Re_ultas Nao Operacionais**OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS**

10.424,06

(=) Lu_uro antes da Tributação/Participação

167.519,59

(-) Provisão para IR e CSSL**I. R. P. J.**

25.127,95

C. S. L. L.

15.076,76

(=) Lu_uro antes da Participação/Contribuição

127.314,88

(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

127.314,88

CHAPADINHA / MA, 31 de Dezembro de 2021

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659Assinado de forma digital por
JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659
Dados: 2024.04.16 18:11:58 -07'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

CONTADOR

C.P.F. :032.534.076-59 RG : 066.343.362.018-0

C.R.C. :MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300Assinado de forma digital por
CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.16 18:53:37 -07'00'

CLOVES CARLOS SOARES

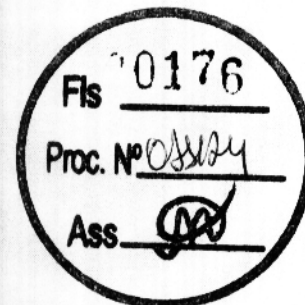
Sócio-administrador

C.P.F. :329.841.033-00

R.G. :532081920140 SESP/MA



ASSINATURA ELETRÔNICA



Certificamos que o ato da empresa C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03253407659	JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
32984103300	CLOVES CARLOS SOARES

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/04/2024 16:39 SOB Nº 20240497791.

PROTOCOLO: 240497791 DE 16/04/2024.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12405318483. CNPJ DA SEDE: 07602952000124.

NIRE: 21200586359. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/04/2024.

C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP

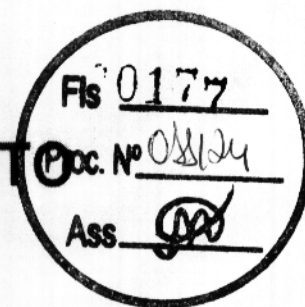
CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA

SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.ma.gov.br

TERMO DE ENCERRAMENTO**LIVRO DIÁRIO**

Nº de Ordem 5



Contém este livro 7547 FOLHA(s) numeradas eletronicamente do número 1 a 7547 e serviu de Livro Diário, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : C C SOARES E CIA LTDA EPP
 Endereço : AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010
 Bairro : CENTRO
 C.E.P. : 65500-000
 Cidade : CHAPADINHA / MA

Registrado em JUCEMA
 sob NIRE nº 21.20058635-9

Arquivado em 23/09/2005

Inscrição Estadual nº 122224132
 C.N.P.J. nº 07.602.952/0001-24

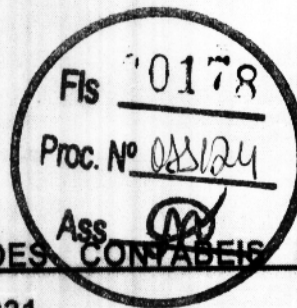
Chapadinha/MA, 31 de Dezembro de 2021

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
 Dados: 2024.04.16 18:13:32 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
 Contador
 C.P.F.: 032.534.076-59
 R.G. : 066.343.362.018-0
 C.R.C.: MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
 Dados: 2024.04.16 18:13:13 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES
 Sócio-administrador
 C.P.F.: 329.841.033-00
 R.G.: 532081920140 SESP/MA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

- 1) **C C SOARES & CIA LTDA EPP**, sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Chapadinha – MA., tendo como objeto social no **CNPJ 07.602.952/0001-24**, terá como objetivo: (47.31-8/00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.32-6/00) Comércio varejista de lubrificantes; (49.30-2/03) Transporte rodoviário de produtos perigosos; (55.10-8/01) Hotéis; (45.30-7/03) Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; (45.20-0/04) Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; (45.41-2/04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas. 14.12-4-02 – Confecção, sob medida, de roupas profissionais, com início de atividades em 05/09/2016. E objetivo social no **CNPJ 07.602.952/0002-05**, terá como objetivo: (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; (45.41-2/04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

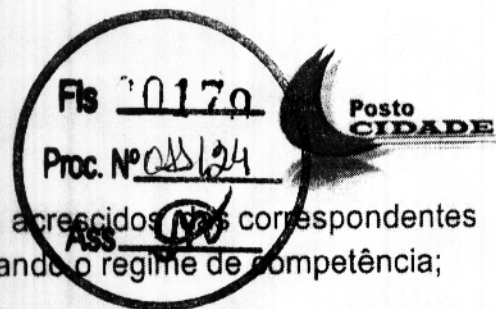
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. A empresa mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço;

3.2) Diretos e obrigações



Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear;

3.4) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial;

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades;

3.6) Tributos a recuperar

Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos ou recuperação de encargos a serem futuramente compensados

3.7) Obrigações Fiscais e Tributárias

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela empresa, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte

3.8) Obrigações Trabalhistas

São registradas nessa rubrica os encargos sobre folha de pagamento a pagar, bem como, os encargos retidos a pagar.

3.9) Provisão Trabalhistas

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

3.10) Patrimônio Líquido

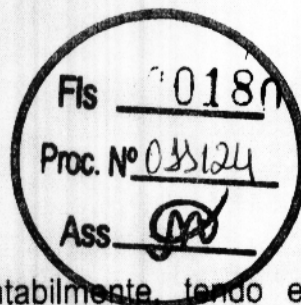
Representa os valores que os sócios têm na empresa em um determinado momento.

3.11) Impostos Federais

A empresa é tributada pelo regime de lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não possui empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras nacionais e/ou internacionais.



5) RESPONSABILIDADE E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000(seiscentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00(um real) cada, já integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios, conforme abaixo:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR R\$
Cloves Carlos Soares	540.000	540.000,00
Maria Nazaret Coelho Brito Soares	60.000	60.000,00
TOTAL	600.000	600.000,00

7) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

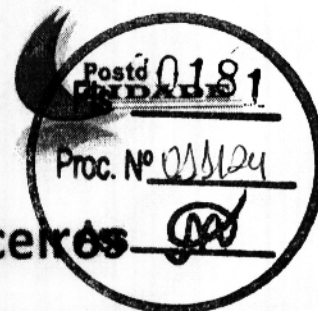
Chapadinha (MA), 31 de dezembro de 2021

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2024.04.16 18:42:21 -03'00'

Josemar Alves dos Santos
CRC MG 075.073/O-6 T MA
Contador

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.16 18:41:54 -03'00'

Cloves Carlos Soares
CPF 329.841.033-00
Sócio Administrador



Análise dos Indicadores Financeiros

Demonstrações contábeis foram extraídas do Balanço Patrimonial entregue via Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme número de recibo B2.89.0C.8B.22.10.87.FA.BC.F9.B4.FF.7F.5F.C5.5A.80.F4.10.A0-6, entregue em 29/06/2022

ÍNDICES FINANCEIROS	Fórmulas	31/12/2021
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Liquidez Corrente	$ILC = AC / PC$	R\$ 13,81
	AC	1.716.049,61
	PC	124.287,97
Liquidez Geral	$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$	R\$ 9,92
	AC	1.716.049,61
	RLP	1.839,16
	PC	124.287,97
	PNC	48.831,15
Solvência Geral	$Lg = AT / (PC + ELP)$	R\$ 11,48
	AT	1.986.559,86
	PC	124.287,97
	ELP	48.831,15

Chapadinha(MA), 31/12/2021

Assinado de forma digital por
JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
SANTOS:03253407659
Data: 2024.04.16 18:43:40
+0100

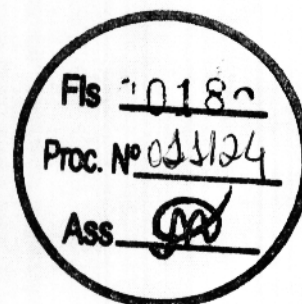
Josemar Alves dos Santos
CRC MG 075.073/O-6 T MA
Contador

Assinado de forma digital
por CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Data: 2024.04.16
18:44:07 -03'00'

Cloves Carlos Soares
CPF 329.841.033-00
Sócio Administrador

TERMO DE ABERTURA**LIVRO DIÁRIO**

Nº de Ordem 6



Contém este livro 7268 FOLHA(s) numeradas eletronicamente do número 1 a 7268 e servirá de Livro Diário nº 6, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 01/01/2022 a 31/12/2022 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2022 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : C C SOARES E CIA LTDA EPP
Endereço : AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010
Bairro : CENTRO
C.E.P. : 65500-000
Cidade : CHAPADINHA / MA

Registrado em JUCEMA
sob nº 21.20058635-9

Arquivado em 23/09/2005

Inscrição Estadual nº 122224132
C.N.P.J. nº 07.602.952/0001-24

Chapadinha/MA, 01 de Janeiro de 2022

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659

Assinado de forma digital por JOSEMAR
ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2023.08.16 16:52:24 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

Contador

C.P.F.: 032.534.076-59

R.G. : 086.343.362.018-0

C.R.C.: MG-MG75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300

Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Dados: 2023.08.16 16:52:35 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F.: 329.841.033-00

R.G.: 886302

BALANÇO PATRIMONIAL**C C SOARES & CIA LTDA EPP**

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro - Cep : 65500-000

CHAPADINHA / MA

CNPJ : 07.602.952/0001-24

Local de Registro : Jucema

Período de Movimento : JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022

Inscrição Estadual : 12222-132

Data Registro : 23/09/2005

Fls 0183

Proc. Nº 011/24

Ass

Nº de Registro : 21.20056635-9

Folha: 7266

Balanco Consolidado Matriz/Filiais**ATIVO**

CIRCULANTE	597.900,83 D
DISPONIVEL	141.395,66 C
CAIXA	270.102,57 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.965.614,53 C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.093.787,00 D
FUNDOS A CURTO PRAZO	460.329,30 D
CREDITOS	5.960,70 C
TRIBUTOS A RECUPERAR	8.958,15 D
CONTA DE COMPENSAÇÃO ATIVA	14.918,85 C
ESTOQUES	745.257,19 D
ESTOQUES DE MERCADORIAS	745.257,19 D
ATIVO NAO CIRCULANTE	266.437,40 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	243,01 D
TRIBUTOS A RECUPERAR	243,01 D
IMOBILIZADO	266.194,39 D
IMOBILIZADO EM USO	367.024,64 D
DEPRECIACOES ACUMULADAS	100.830,25 C

TOTAL DO ATIVO ===== 864.338,23 D**PASSIVO**

CIRCULANTE	128.069,61 C
OBRIGACOES TRABALHISTAS	39.547,57 C
OBRIGACOES COM PESSOAL	27.719,32 C
ENCARGOS SOCIAS A RECOLHER	11.828,25 C
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	15.705,71 C
IMPOSTOS A RECOLHER	15.705,71 C
OUTRAS OBRIGACOES	1.754,75 C
CONTAS A PAGAR	1.754,75 C
PROVISOES	71.061,58 C
PROVISOES TRABALHISTAS	71.061,58 C
PATRIMONIO LIQUIDO	736.268,62 C
CAPITAL SOCIAL	600.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	600.000,00 C
LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS	136.268,62 C
RESULTADOS ACUMULADOS	136.268,62 C

TOTAL DO PASSIVO ===== 864.338,23 C

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :

R\$ 864.338,23 (Oitocentos e Sessenta e Quatro Mil e Trezentos e Trinta e Oito Reais e Vinte e Três Centavos)

CHAPADINHA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2022

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659Assinado de forma digital por JOSEMAR
ALVES DOS SANTOS:03253407659
Data: 2023.08.17 15:34:08 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

CONTADOR

C.P.F. :032.534.076-59 RG : 066.343.362.018-0

C.R.C. :MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Data: 2023.08.17 15:32:31 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F. :329.841.033-00

R.G. :532061920140 SESP/MA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022**C C SOARES & CIA LTDA EPP**

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro Cep : 65500-000

Chapadinha / MA

CNPJ / CEI : 07.602.952/0001-24

Inscrição Estadual: 122224132

Local de Registro: Jucema

Data do Registro: 23/09/2005

Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022

FOLHA: 7267

Fls 0184

Proc. Nº 021/24

Ass. Ass. **Demonstração Consolidada Matriz/Filiais****Receita Bruta de vendas e/ou serviços**

RECEITAS DE VENDAS

18.213.072,20

(-) Deduções das receitas brutas

IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

44.084,99

(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

18.168.987,21

(-) Custos de bens e/ou serviços vendidos

CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS

14.398.215,19

(=) Lucro Bruto

3.770.772,02

(-) Despesas Operacionais

DESPESAS COM PESSOAL / MÃO-DE-OBRA

468.730,10

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

173.456,40

DESPESAS GERAIS

2.817.216,15

DESPESAS FINANCEIRAS

115.887,37

ENCARGOS PAGAMENTOS EM ATRASO

8,17

(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

195.473,83

(+) Receitas Não Operacionais

OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

22.576,98

(-) Despesas Não Operacionais

PERDAS DE ESTOQUE

38.750,00

(=) Lucro antes da Tributação/Participação

179.300,81

(-) Provisão para IR e CSSL

I R P J

26.895,12

C S. L. L.

16.137,07

(=) Lucro antes da Participação/Contribuição

136.268,62

CHAPADINHA / MA, 31 de Dezembro de 2022

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES
DOS SANTOS:03253407659
Data: 2023.08.17 13:34:57 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

CONTADOR

C.P.F. 032.534.076-59 RG : 066.343.362-018-0

C.R.C. :MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Data: 2023.08.17 13:36:49 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F. 329.841.033-00

R.G. :532081920140 SESP/MA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

C C SOARES & CIA LTDA EPP

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro Cep : 85500-000

Chapadinha / MA

CNPJ / CEI : 07.602.952/0001-24

Inscrição Estadual: 122224132

Local de Registro: Jucema

Data do Registro: 23/09/2005

Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022

0185

0054

FS

PROC. N° 055124

As

Registro 21.20058635-9

FOLHA: 7268

Demonstração Consolidada Matriz/Filiais

(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

136.268,62

CHAPADINHA / MA, 31 de Dezembro de 2022

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659

Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:0125340F639
 Data: 2023.08.17 11:25:37 -0300

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

CONTADOR

C.P.F. : 032.534.076-59 RG : 066.343.362.018-0

C.R.C. MG-75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
SOARES:32984101300

Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS
SOARES:2.2984193300
Data: 2023.08.17 15:46:10 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F. 329.841.033-00

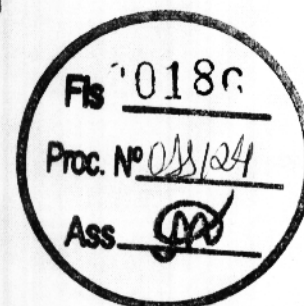
R.G. 532081920140 SECP/MA

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

[Signature]



ASSINATURA ELETRÔNICA



Certificamos que o ato da empresa C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03253407659	JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
32984103300	CLOVES CARLOS SOARES

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/08/2023 14:13 SOB Nº 20231065884.
PROTOCOLO: 231065884 DE 17/08/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12312199249. CNPJ DA SEDE: 07602952000124.
NIRE: 21200586359. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 17/08/2023.
C. C. SOARES & CIA LTDA - EPP

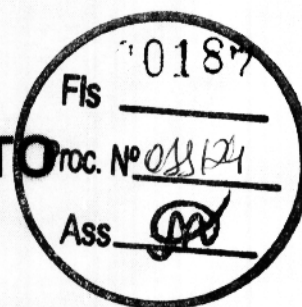
CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TERMO DE ENCERRAMENTO**LIVRO DIÁRIO**

Nº de Ordem 6



Contém este livro 7268 FOLHA(s) numeradas eletronicamente do número 1 a 7268 e serviu de Livro Diário nº 6, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 01/01/2022 a 31/12/2022 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2022 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : C C SOARES E CIA LTDA EPP
 Endereço : AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 2010
 Bairro : CENTRO
 C.E.P. : 65500-000
 Cidade : CHAPADINHA / MA

Registrado em JUCEMA
 sob nº 21.20058635-9

Arquivado em 23/09/2005

Inscrição Estadual nº 122224132
 C.N.P.J. nº 07.602.952/0001-24

Chapadinha/MA, 31 de Dezembro de 2022

JOSEMAR ALVES DOS
 SANTOS:11161739000100

Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES
 DOS SANTOS:11161739000100
 Data: 2023.08.16 16:53:37 -03'00'

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS

Contador

C.P.F.: 032.534.076-59

R.G. : 066.343.362.018-0

C.R.C.: MG-MG75073/O-6 TMA

CLOVES CARLOS
 SOARES:32984103300

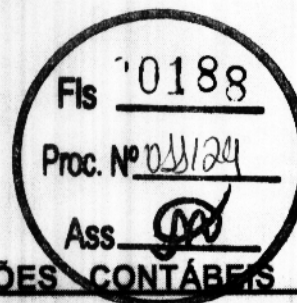
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS
 SOARES:32984103300
 Data: 2023.08.16 16:54:00 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES

Sócio-administrador

C.P.F.: 329.841.033-00

R.G.: 886302



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- 1) **C C SOARES & CIA LTDA EPP**, sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Chapadinha – MA., tendo como objeto social no **CNPJ 07.602.952/0001-24**, terá como objetivo: (47.31-8/00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.32-6/00) Comércio varejista de lubrificantes; (49.30-2/03) Transporte rodoviário de produtos perigosos; (55.10-8/01) Hotéis; (45.30-7/03) Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; (45.20-0/04) Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; (45.41-2/04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas. 14.12-4-02 – Confecção, sob medida, de roupas profissionais, com início de atividades em 05/09/2016. E objetivo social no **CNPJ 07.602.952/0002-05**, terá como objetivo: (45.41-2/03) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; (45.12-9/01) Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; (45.43-9/00) Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas; (45.41-2/05) Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; (45.41-2/04) Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

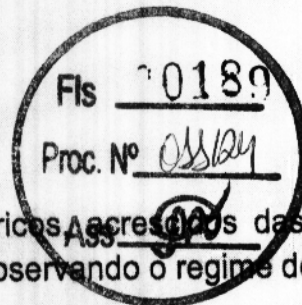
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. A empresa mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço;

3.2) Diretos e obrigações



Estão demonstrados pelos valores históricos acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear;

3.4) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial;

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades;

3.6) Tributos a recuperar

Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos ou recuperação de encargos a serem futuramente compensados

3.7) Obrigações Fiscais e Tributárias

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela empresa, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte

3.8) Obrigações Trabalhistas

São registradas nessa rubrica os encargos sobre folha de pagamento a pagar, bem como, os encargos retidos a pagar.

3.9) Provisão Trabalhistas

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

3.10) Patrimônio Líquido

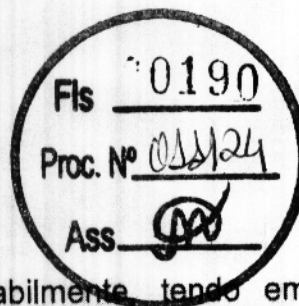
Representa os valores que os sócios têm na empresa em um determinado momento.

3.11) Impostos Federais

A empresa é tributada pelo regime de lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não possui empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras nacionais e/ou internacionais.



5) RESPONSABILIDADE E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios, conforme abaixo:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR R\$
Cloves Carlos Soares	540.000	540.000,00
Maria Nazaret Coelho Brito Soares	60.000	60.000,00
TOTAL	600.000	600.000,00

7) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Chapadinha (MA), 31 de dezembro de 2022

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:11161739000100
Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:11161739000100
Dados: 2023.08.18 11:23:57 -03'00'
Josemar Alves dos Santos
CRC MG 075.073/O-6 T MA
Contador

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2023.08.18 11:24:29 -03'00'
Cloves Carlos Soares
CPF 329.841.033-00
Sócio Administrador

Análise dos Indicadores Financeiros

Demonstrações contábeis foram extraídas do Balanço Patrimonial entregue via Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme número de recibo 02.6C.FD.67.54.11.E6.E5.2C.5B.8F.22.76.FB.61.56.1D.A5.E7.87-0, entregue em 30/06/2023

ÍNDICES FINANCEIROS	Fórmulas	31/12/2022
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Liquidez Corrente	$ILC = AC / PC$	R\$ 4,67
	AC	597.900,83
	PC	128.069,61
Liquidez Geral	$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$	R\$ 4,67
	AC	597.900,83
	RLP	243,01
	PC	128.069,61
	PNC	-
Solvência Geral	$Lg = AT / (PC + ELP)$	R\$ 6,75
	AT	864.338,23
	PC	128.069,61
	ELP	-

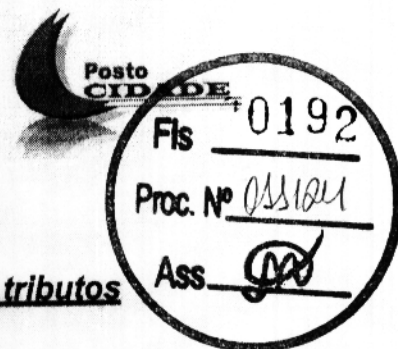
Chapadinha(MA), 31/12/2022

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2023.08.16 16:18:27 -03'00'

Josemar Alves dos Santos
CRC MG 075.073/O-6 T MA
Contador

CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2023.08.16 16:19:22 -03'00'

Cloyes Carlos Soares
CPF 329.841.033-00
Sócio Administrador



Declaração de alíquotas dos impostos inerentes aos tributos

A referida empresa é tributada pelo **lucro real**, sendo os impostos incidentes sobre o lucro apurado e/ou folha de pagamento conforme abaixo:

CPP	ISS	CSLL	IRPJ	COFINS*	PIS*
20%	5%	9%	15%	7,60%	1,65%
		(0,09%)	(0,15%)		

*A cadeia produtiva do setor de combustíveis tem direito a manter os benefícios concedidos pela Lei Complementar 192/2022 em sua redação original, que prevê alíquota zero de PIS e COFINS e a manutenção do crédito tributário sob as alíquotas ordinárias de 1,65% e 7,6% [...]

Chapadinha (MA), 31/12/2022

JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:11161739000
100
Assinado de forma digital por JOSEMAR ALVES DOS SANTOS:11161739000100
Dados: 2023.08.17 17:40:36 -03'00'
Josemar Alves dos Santos
CRC MG 075.073/O-6 T MA
Contador

CLOVES CARLOS SOARES:3298410330
0
Assinado de forma digital por CLOVES CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2023.08.17 17:40:57 -03'00'
Cloves Carlos Soares
CPF 329.841.033-00
Sócio Administrador

**CRCMA**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO MARANHÃO**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JOSEMAR ALVES DOS SANTOS
REGISTRO..... : MG-075073/O-6 T-MA
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.534.076-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

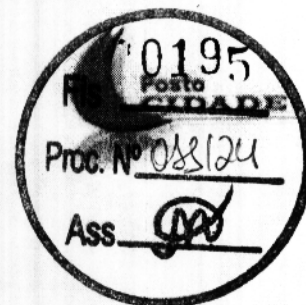
Emissão: MARANHÃO, 13/04/2024 as 09:26:51.

Válido até: 12/07/2024.

Código de Controle: 832603.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.





DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº 011/2024
Processo Administrativo nº 1109/2024

A empresa **C C SOARES & CIA LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **07.602.952/0001-24**, sediada a Av. Ataliba Almeida, 2010 – centro – Chapadinha/MA através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do **Pregão Eletrônico nº 011/2024**, **DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - Na qualidade de Proponente do procedimento do **Pregão Eletrônico nº 011/2024**, instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) Cloves Carlos Soares, Portador(a) do RG sob nº **053.208192014-0 SSP/MA** e CPF nº **329.841.033-00** cuja função/cargo é proprietário, administrador/procurador/diretor/etc.), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII - O endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: Rua Horácio Gonçalves, nº 516 – centro – Vargem Grande

E-mail: cloves_adrenalinamotos@hotmail.com

Tel: (98)99114-6067

IX - Nomeia e constitui o(a) senhor(a) Cloves Carlos Soares, portador(a) do CPF sob nº **329.841.033-00**, para ser o(a) preposto responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: (não) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI - Conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

XII - Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

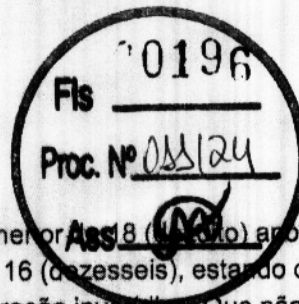
XIII - Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XIV - Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 62 e seguintes, da Lei nº 14.133/2022, no que couber, e com fins a participar da **PREGÃO**

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 – Centro – Chapadinha/MA

(98) 3471-1307

postocidadema@hotmail.com



ELETRÔNICO Nº 011/2024, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. ***Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. ().

XV - Conforme disposto no art. 93 da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Chapadinha, 24 de Abril I de 2024

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300

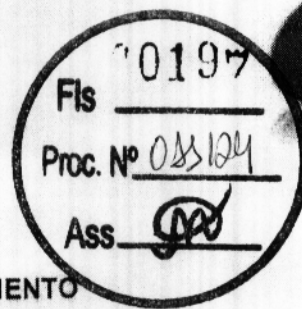
Assinado de forma digital por CLOVES
CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.25 15:09:08 +03'00'

CLOVES CARLOS SOARES
CPF nº 329.841.033-00
RG nº 053208192014-0 SSP/MA

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659

Assinado de forma digital por JOSEMAR
ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2024.04.25 15:08:02 +03'00'

Josemar Alves dos Santos
CPF: 032.534.076-59
CRC/MG - 075073/O-6 TMA



Posto
CIDADE

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1109/2024

Declaro, sob as penalidades da lei, que a empresa, **C C SOARES & CIA LTDA** CNPJ nº nº **07.602.952/0001-24**, está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Declaro ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos, equipamentos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço: Ataliba Vieira de Almeida, 1020 – centro – Chapadinha/MA
CEP: 65.500.000

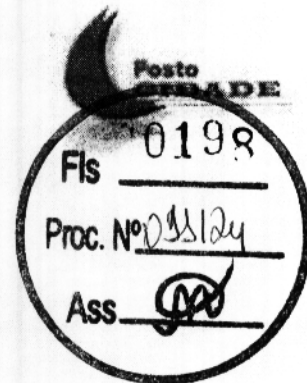
PONTO DE REFERÊNCIA:

Frente: Oficina
Direita: Avenida
Esquerda: Oficina de carro

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300

Assinado de forma digital por
CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.25 15:08:43 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES
CPF nº 329.841.033-00
RG nº 053208192014-0 SSP/MA



DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1109/2024

Declaro, sob as penalidades da lei, que a empresa, **C C SOARES & CIA LTDA** CNPJ nº nº **07.602.952/0001-24**, está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Declaro ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos, equipamentos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço: Ataliba Vieira de Almeida, 1020 – centro – Chapadinha/MA
CEP: 65.500.000

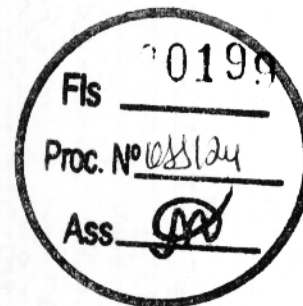
PONTO DE REFERÊNCIA:

Frente: Oficina
Direita: Avenida
Esquerda: Oficina de carro

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300

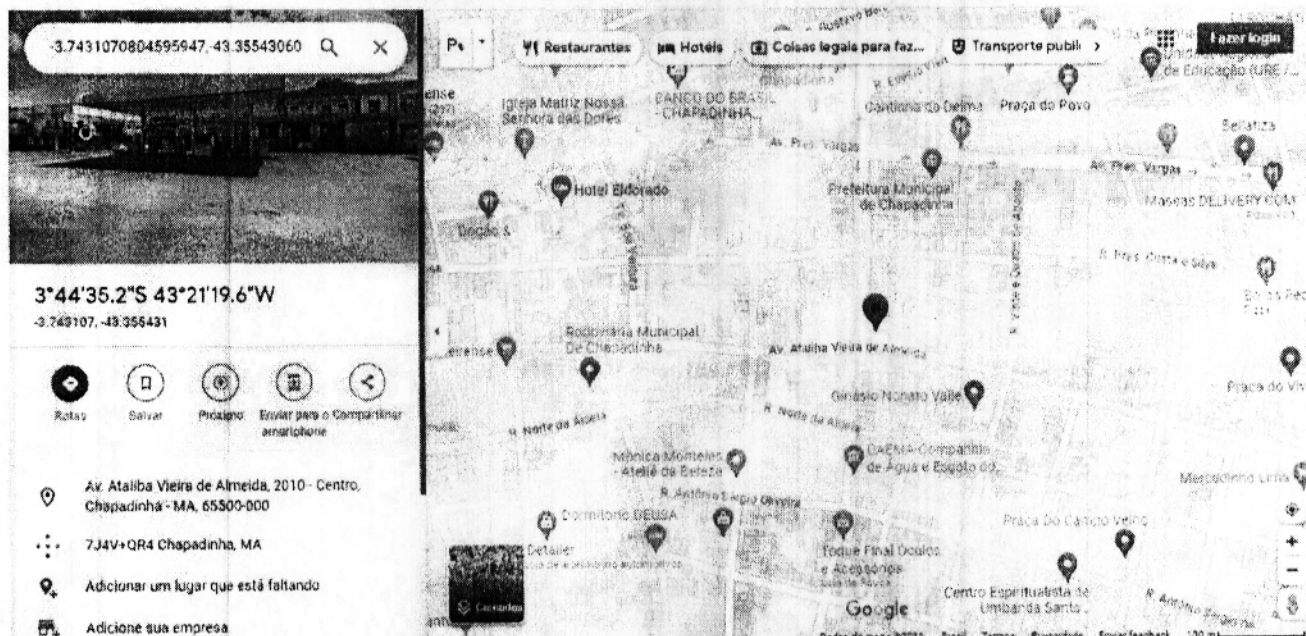
Assinado de forma digital por
CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.25 15:08:43 -03'00'

CLOVES CARLOS SOARES
CPF nº 329.841.033-00
RG nº 053208192014-0 SSP/MA

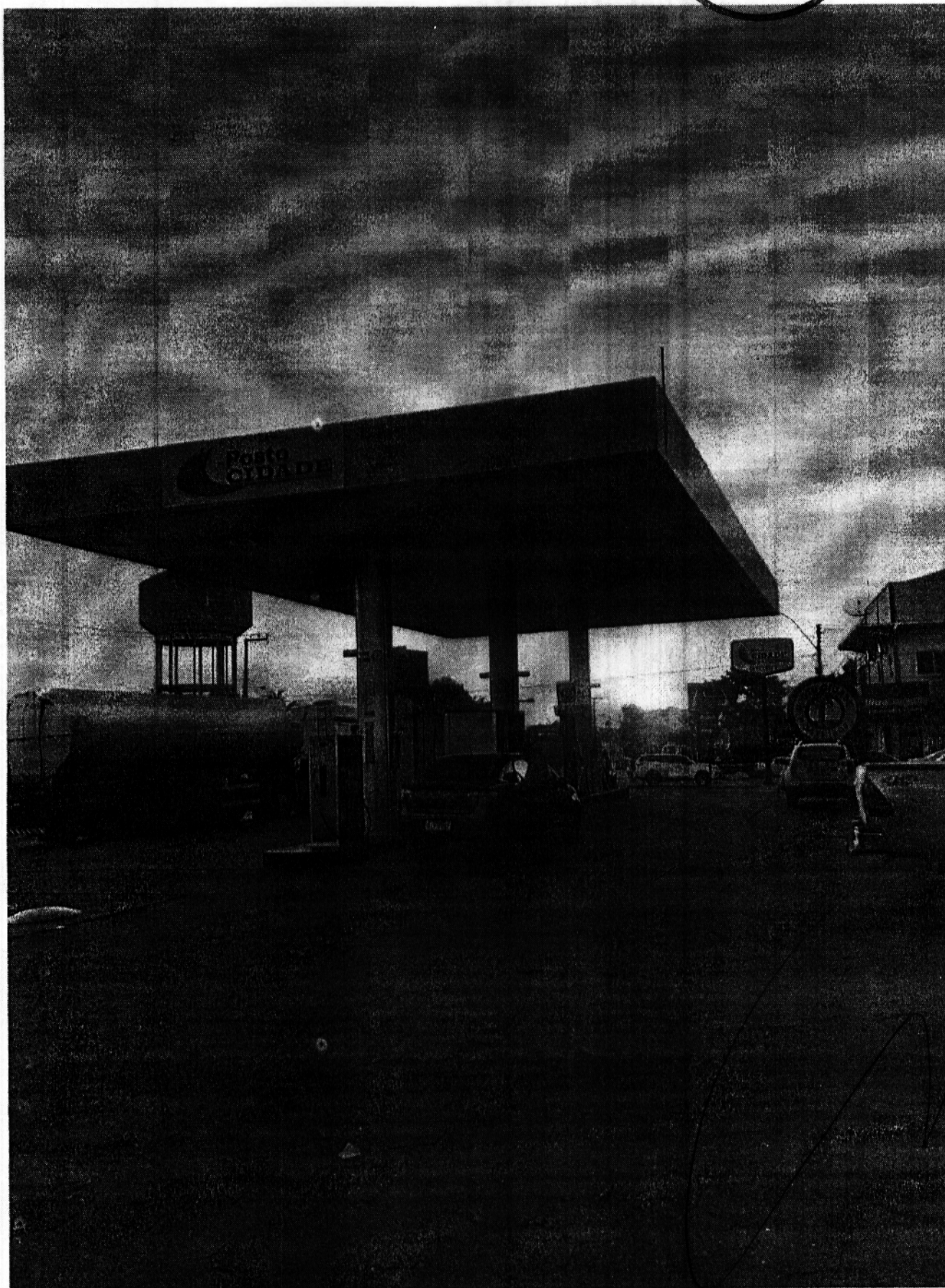
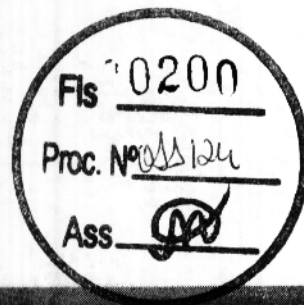


FOTOS E GEORRFERÊNCIAMENTO

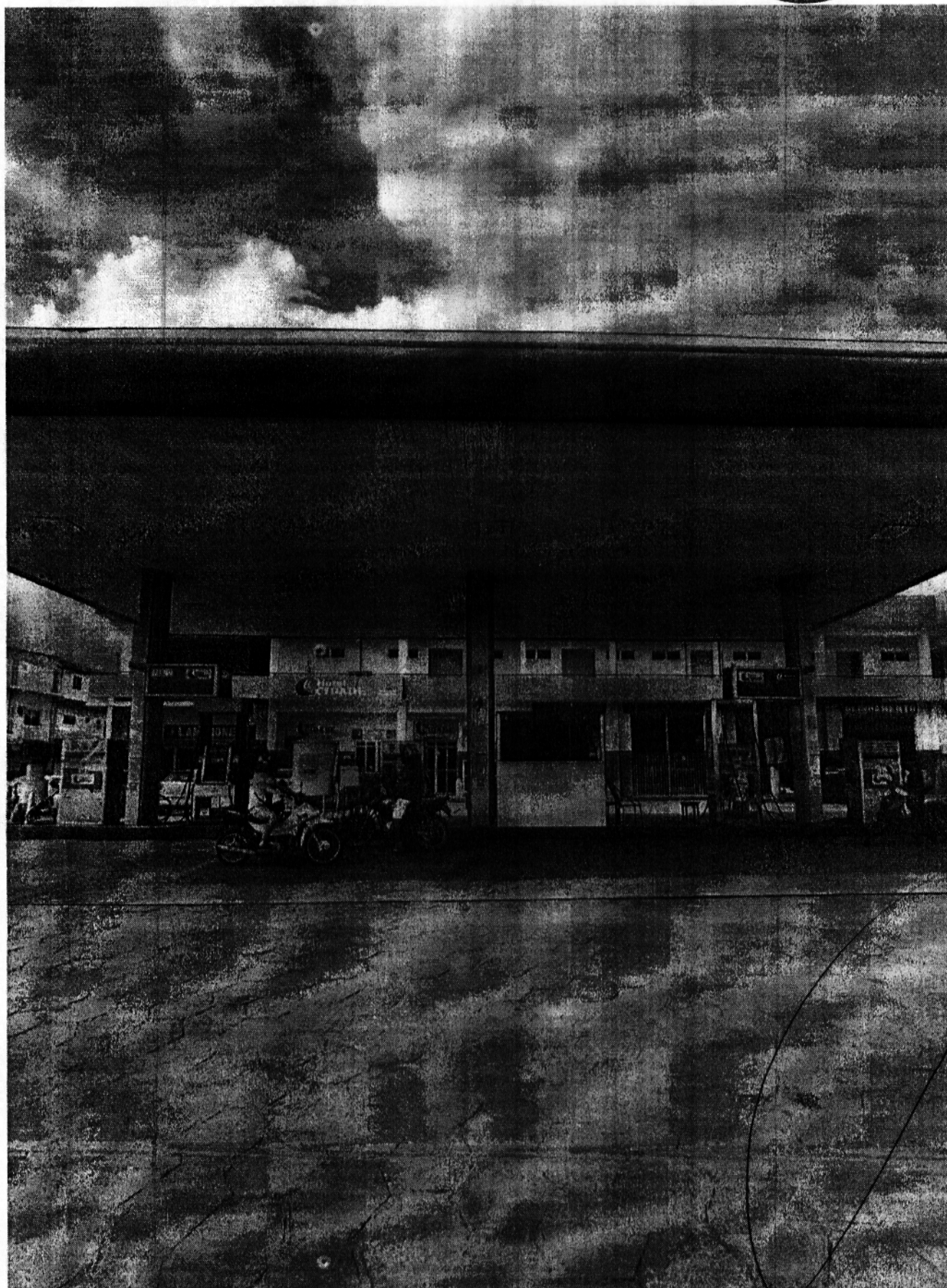
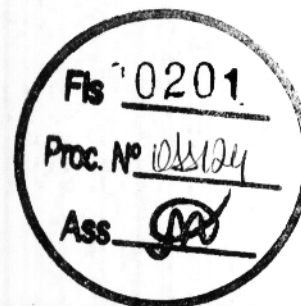
-3.7431070804595947,-43.355430603027344



Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro -
Chapadinhá/MA(98) 3471-1307
postocidadema@hotmail.com

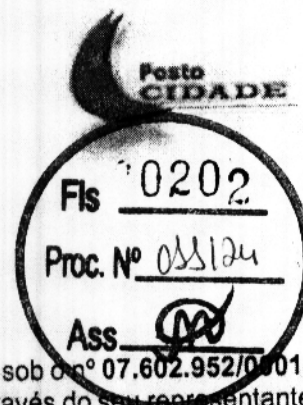


Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 - Centro -
Chapadinha/MA(98) 3471-1307
postocidadema@hotmail.com



DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº 011/2024
Processo Administrativo nº 1109/2024



A empresa **C C SOARES & CIA LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.602.952/0001-24, sediada a Av. Ataliba Almeida, 2010 – centro – Chapadinha/MA através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do **Pregão Eletrônico nº 011/2024**, **DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - Na qualidade de Proponente do procedimento do **Pregão Eletrônico nº 011/2024**, instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) Cloves Carlos Soares, Portador(a) do RG sob nº **053.208192014-0 SSP/MA** e CPF nº **329.841.033-00** cuja função/cargo é proprietário, administrador/procurador/diretor/etc.), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII - O endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: Rua Horácio Gonçalves, nº 516 – centro – Vargem Grande

E-mail: cloves_adrenalinamotos@hotmail.com

Tel: (98)99114-6067

IX - Nomeia e constitui o(a) senhor(a) Cloves Carlos Soares, portador(a) do CPF sob nº **329.841.033-00**, para ser o(a) preposto responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: (não) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI - Conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

XII - Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

XIII - Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XIV - Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 62 e seguintes, da Lei nº 14.133/2022, no que couber, e com fins a participar da **PREGÃO**

Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 2010 – Centro – Chapadinha/MA
(98) 3471-1307

postocidadema@hotmail.com

Fls 0203

Proc. Nº 088/24

Ass. 

Posto
CIDADE

ELETRÔNICO Nº 011/2024, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezoiséis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. ***Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. ().

XV - Conforme disposto no art. 93 da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Chapadinha, 24 de Abril I de 2024

CLOVES CARLOS
SOARES:32984103300

Assinado de forma digital por CLOVES
CARLOS SOARES:32984103300
Dados: 2024.04.25 15:09:08 -03'00'

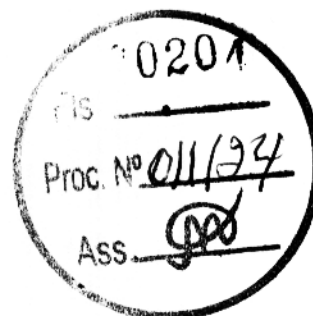
CLOVES CARLOS SOARES
CPF nº 329.841.033-00
RG nº 053208192014-0 SSP/MA

JOSEMAR ALVES DOS
SANTOS:03253407659

Assinado de forma digital por JOSEMAR
ALVES DOS SANTOS:03253407659
Dados: 2024.04.25 15:08:02 -03'00'

Josemar Alves dos Santos
CPF: 032.534.076-59
CRC/MG - 075073/O-6 TMA

ATA DE PROPOSTAS
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



Declarações obrigatórias

Título	Descrição
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:47:53	BR	BR	200.000	R\$6,13	R\$ 1.226.000,00	Sim

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:49:22	S10	S-10	250.000	R\$6,25	R\$ 1.562.500,00	Sim

Critérios de desempate do processo

C. C. SOARES CIA. LTDA

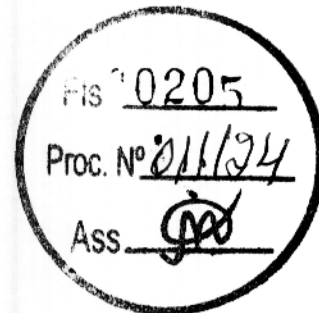
Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

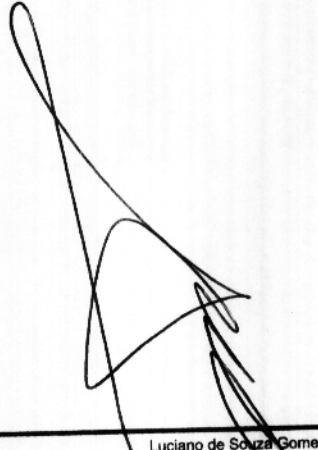
Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	90 dias

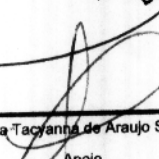


Fornecedores divulgados.

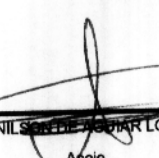




Luciano de Souza Gomes
Pregoeiro
Prefeitura Mun. de Chapadinha
Luciano Souza Gomes
Pregoeiro



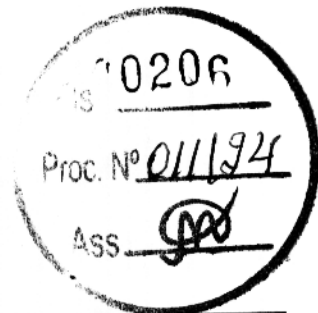
Nayra Tacryanna de Araujo Sousa
Apoio
Prefeitura Mun. de Chapadinha
Nayra Tacryanna de Araujo Sousa
Membro CPL



RENILSON DE AGUIAR LOPES
Apoio
Renilson de Aguiar Lopes
Membro da CPL



ATA PARCIAL
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
15/04/2024 16:35	15/04/2024 20:00	22/04/2024 17:59	25/04/2024 00:00	25/04/2024 10:00

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações
0001	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001	6,13	200.000	L	Homologado
0002	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10 AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001.	6,25	250.000	L	Homologado

Orçamento Sigiloso: SIM

Motivo: Conforme lei nº 14.133/2021

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
15/04/2024 - 16:34	EDITAL PE 011-2024-COMBUSTIVEL.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
25/04/2024 - 11:09:09	Negociação aberta para o processo 011/2024-SRP	Você recebeu um novo pedido de negociação nos itens 1,2 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
26/04/2024 - 10:15:09	Documentos solicitados para o processo 011/2024-SRP	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
26/04/2024 - 11:22:13		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

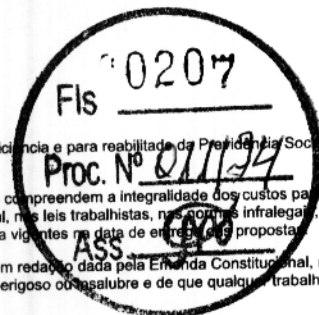
Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor Ofertado	Quantidade	Valor Total
0001	Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP n° 006/2001	C. C. SOARES CIA. LTDA	BR	BR	6,12	200.000	1.224.000,00
0002	Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP n° 006/2001.	C. C. SOARES CIA. LTDA	S10	S-10	6,24	250.000	1.560.000,00

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.





Declaração de reserva de cargos

Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declaração de proposta econômica

Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Declaração de Não-Emprego de menores

Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante

Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Declaração de Acessibilidade

Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:47:53	BR	BR	200.000	R\$6,13	R\$ 1.226.000,00	Sim

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:49:22	S10	S-10	250.000	R\$6,25	R\$ 1.562.500,00	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	90 dias

Lances Enviados

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001

Data	Valor	CNPJ	Situação
24/04/2024 - 17:47:53	6,13 (proposta)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido
25/04/2024 - 10:55:09	6,12 (lance oculto)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.

Data	Valor	CNPJ	Situação
24/04/2024 - 17:49:22	6,25 (proposta)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido
25/04/2024 - 10:51:14	6,24 (lance oculto)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	26/04/2024 - 11:22:13	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	PROPOSTA DE PREÇOS - CLOVES readequada.pdf
0001	26/04/2024 - 11:22:13	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	CC SOARES.pdf

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões



Prazos

Intenção de Recurso

Recurso

Contramissão

26/04/2024 - 14:54

Chat

Data	Apelido	Frase
25/04/2024 - 10:22:13	Pregoeiro	Bom dia senhores licitantes.
25/04/2024 - 10:23:27	Pregoeiro	Daremos inicio neste momento aos trabalhos relativos ao Pregão eletrônico nº 011/2024 (Pregão nº 14.133/2021), favor fiquem atentos ao chat, pois nosso contato durante a sessão será exclusivamente online local.
25/04/2024 - 10:23:31	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Encerrado o prazo anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
25/04/2024 - 10:32:16	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
25/04/2024 - 10:32:16	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/04/2024 - 10:32:17	Sistema	O item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
25/04/2024 - 10:32:17	Sistema	O item 0002 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/04/2024 - 10:47:17	Sistema	O item 0001 entrou em tempo aleatório.
25/04/2024 - 10:47:17	Sistema	O item 0002 entrou em tempo aleatório.
25/04/2024 - 10:50:23	Sistema	Para o item 0002, o autor da oferta de valor mais baixo, os autores das ofertas com valores até 10% superiores àquela podem ofertar um lance final e fechado até 25/04/2024 às 10:55:23.
25/04/2024 - 10:54:39	Sistema	Para o item 0001, o autor da oferta de valor mais baixo, os autores das ofertas com valores até 10% superiores àquela podem ofertar um lance final e fechado até 25/04/2024 às 10:59:39.
25/04/2024 - 10:55:24	Sistema	A fase de lances fechados do item 0002 foi encerrada em 25/04/2024 às 10:55:23.
25/04/2024 - 10:55:24	Sistema	O item 0002 foi encerrado.
25/04/2024 - 10:59:40	Sistema	A fase de lances fechados do item 0001 foi encerrada em 25/04/2024 às 10:59:39.
25/04/2024 - 10:59:40	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	O item 0001 teve como arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA - EPP/SS com lance de R\$ 6,12.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	O item 0002 teve como arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA - EPP/SS com lance de R\$ 6,24.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	Iniciada a fase de negociação.
25/04/2024 - 13:19:04	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 14:00.
25/04/2024 - 15:41:44	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 15:51.
25/04/2024 - 16:16:03	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 16:26.
25/04/2024 - 16:50:01	Pregoeiro	A sessão ficará suspensa até amanhã 26/04/2024, com retorno a partir das 10 horas. Desde já agradecemos a todos.
26/04/2024 - 10:12:39	Pregoeiro	Bom dia senhores licitantes.
26/04/2024 - 10:15:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 12:15 do dia 26/04/2024.
26/04/2024 - 10:15:10	Sistema	Motivo: Solicitamos da empresa arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA que envie via sistema local indicado/diligência, documentação de habilitação e proposta de preços adequada, sob pena de desclassificação caso não cumpra o prazo registrado e informado no edital.
26/04/2024 - 11:22:13	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
26/04/2024 - 14:44:02	Pregoeiro	A empresa C. C. SOARES CIA. LTDA atendeu a todos os requisitos do edital, quanto a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica financeira. Sua proposta atende aos requisitos do edital e termo de referência, seu valor praticado não é inexequível. Fica assim esta empresa classificada.
26/04/2024 - 14:44:10	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor C. C. SOARES CIA. LTDA.
26/04/2024 - 14:44:10	Sistema	Para o item 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor C. C. SOARES CIA. LTDA.
26/04/2024 - 14:44:32	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 14:54.
26/04/2024 - 14:44:32	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 14:54.
29/04/2024 - 15:28:24	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
29/04/2024 - 15:30:01	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por Vânia Duarte Mota Souza.
29/04/2024 - 15:30:01	Sistema	O item 0002 foi adjudicado por Vânia Duarte Mota Souza.
03/05/2024 - 17:57:14	Sistema	O item 0001 foi homologado por Vânia Duarte Mota Souza.
03/05/2024 - 17:57:14	Sistema	O item 0002 foi homologado por Vânia Duarte Mota Souza.

Fls 0208

Proc. Nº



Luciano de Souza Gomes

Pregoeiro

Prefeitura Mun. de Chapadinha
Luciano Souza Gomes
Pregoeiro

Nayra Tacyanna de Araujo Sousa

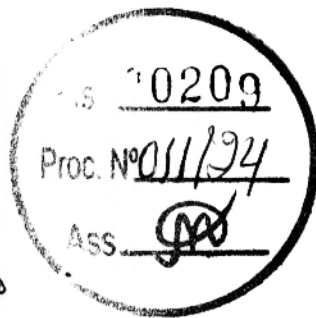
Apoio

Prefeitura Mun. de Chapadinha
Nayra Tacyanna de Araujo Sousa
Membro CPL

RENILSON DE AGUIAR LOPES

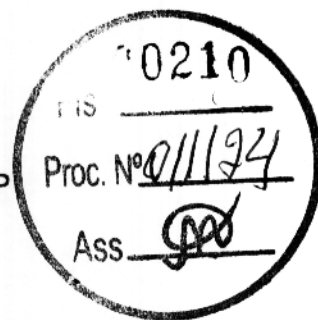
Apoio

Renilson de Aguiar Lopes
Membro da CPL



[Handwritten mark]

ATA FINAL
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
15/04/2024 16:35	15/04/2024 20:00	22/04/2024 17:59	25/04/2024 00:00	25/04/2024 10:00

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001	6,13	200.000	L	Homologado
0002	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10 AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001.	6,25	250.000	L	Homologado

Orçamento Sigiloso: SIM

Motivo: Conforme lei nº 14.133/2021

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
15/04/2024 - 16:34	EDITAL PE 011-2024-COMBUSTIVEL.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
25/04/2024 - 11:09:09	Negociação aberta para o processo 011/2024-SRP	Você recebeu um novo pedido de negociação nos itens 1,2 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
26/04/2024 - 10:15:09	Documentos solicitados para o processo 011/2024-SRP	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
26/04/2024 - 11:22:13		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 011/2024-SRP. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

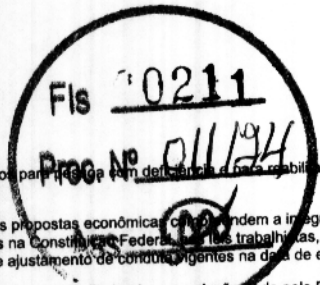
Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor Ofertado	Quantidade	Valor Total
0001	Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP n° 006/2001	C. C. SOARES CIA. LTDA	BR	BR	6,12	200.000	1.224.000,00
0002	Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP n° 006/2001.	C. C. SOARES CIA. LTDA	S10	S-10	6,24	250.000	1.560.000,00

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.





Declaração de reserva de cargos
Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declaração de proposta econômica
Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas atendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, para os trabalhadores, nas normas infralégais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Declaração de Não-Emprego de menores
Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante
Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

Declaração de Acessibilidade
Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente
Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:47:53	BR	BR	200.000	R\$6,13	R\$ 1.226.000,00	123/2006

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	24/04/2024 - 17:49:22	S10	S-10	250.000	R\$6,25	R\$ 1.562.500,00	123/2006

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	90 dias

Lances Enviados

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001

Data	Valor	CNPJ	Situação
24/04/2024 - 17:47:53	6,13 (proposta)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido
25/04/2024 - 10:55:09	6,12 (lance oculto)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.

Data	Valor	CNPJ	Situação
24/04/2024 - 17:49:22	6,25 (proposta)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido
25/04/2024 - 10:51:14	6,24 (lance oculto)	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	Válido

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	26/04/2024 - 11:22:13	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	PROPOSTA DE PREÇOS - CLOVES readequada.pdf
0001	26/04/2024 - 11:22:13	07.602.952/0001-24 - C. C. SOARES CIA. LTDA	CC SOARES.pdf

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões



Handwritten signature

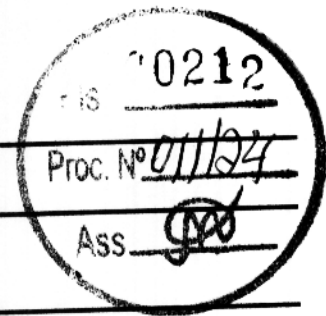
Prazos

Intenção de Recurso

Recurso

Contrarrazão

26/04/2024 - 14:54



Chat

Data	Apelido	Frase
25/04/2024 - 10:22:13	Pregoeiro	Bom dia senhores licitantes.
25/04/2024 - 10:23:27	Pregoeiro	Daremos inicio neste momento aos trabalhos relativos ao Pregão eletrônico nº 011/2024(lei nº 14.133/2021), favor fiquem atentos ao chat, pois nosso contato durante a sessão será exclusivamente neste local.
25/04/2024 - 10:23:31	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Encerrado o prazo anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
25/04/2024 - 10:32:12	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
25/04/2024 - 10:32:16	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
25/04/2024 - 10:32:16	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/04/2024 - 10:32:17	Sistema	O item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
25/04/2024 - 10:32:17	Sistema	O item 0002 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/04/2024 - 10:47:17	Sistema	O item 0001 entrou em tempo aleatório.
25/04/2024 - 10:47:17	Sistema	O item 0002 entrou em tempo aleatório.
25/04/2024 - 10:50:23	Sistema	Para o item 0002, o autor da oferta de valor mais baixo, os autores das ofertas com valores até 10% superiores àquela podem ofertar um lance final e fechado até 25/04/2024 às 10:55:23.
25/04/2024 - 10:54:39	Sistema	Para o item 0001, o autor da oferta de valor mais baixo, os autores das ofertas com valores até 10% superiores àquela podem ofertar um lance final e fechado até 25/04/2024 às 10:59:39.
25/04/2024 - 10:55:24	Sistema	A fase de lances fechados do item 0002 foi encerrada em 25/04/2024 às 10:55:23.
25/04/2024 - 10:55:24	Sistema	O item 0002 foi encerrado.
25/04/2024 - 10:59:40	Sistema	A fase de lances fechados do item 0001 foi encerrada em 25/04/2024 às 10:59:39.
25/04/2024 - 10:59:40	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	O item 0001 teve como arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA - EPP/SS com lance de R\$ 6,12.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	O item 0002 teve como arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA - EPP/SS com lance de R\$ 6,24.
25/04/2024 - 11:09:09	Sistema	Iniciada a fase de negociação.
25/04/2024 - 13:19:04	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 14:00.
25/04/2024 - 15:41:44	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 15:51.
25/04/2024 - 16:16:03	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 25/04/2024 às 16:26.
25/04/2024 - 16:50:01	Pregoeiro	A sessão ficará suspensa até amanhã 26/04/2024, com retorno a partir das 10 horas. Desde já agradecemos a todos.
26/04/2024 - 10:12:39	Pregoeiro	Bom dia senhores licitantes.
26/04/2024 - 10:15:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 12:15 do dia 26/04/2024.
26/04/2024 - 10:15:10	Sistema	Motivo: Solicitamos da empresa arrematante C. C. SOARES CIA. LTDA que envie via sistema local indicado/diligência, documentação de habilitação e proposta de preços adequada, sob pena de desclassificação caso não cumpra o prazo registrado e informado no edital.
26/04/2024 - 11:22:13	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
26/04/2024 - 14:44:02	Pregoeiro	A empresa C. C. SOARES CIA. LTDA atendeu a todos os requisitos do edital, quanto a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica financeira. Sua proposta atende aos requisitos do edital e termo de referência, seu valor praticado não é inexequível. Fica assim esta empresa classificada.
26/04/2024 - 14:44:10	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor C. C. SOARES CIA. LTDA.
26/04/2024 - 14:44:10	Sistema	Para o item 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor C. C. SOARES CIA. LTDA.
26/04/2024 - 14:44:32	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 14:54.
26/04/2024 - 14:44:32	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 14:54.
26/04/2024 - 14:44:32	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
29/04/2024 - 15:28:24	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por Vânia Duarte Mota Souza.
29/04/2024 - 15:30:01	Sistema	O item 0002 foi adjudicado por Vânia Duarte Mota Souza.
29/04/2024 - 15:30:01	Sistema	O item 0001 foi homologado por Vânia Duarte Mota Souza.
03/05/2024 - 17:57:14	Sistema	O item 0002 foi homologado por Vânia Duarte Mota Souza.
03/05/2024 - 17:57:14	Sistema	

Página 3 de 4



[Handwritten signature]

Mudanças de Autoridade Competente

Nome

Vânia Duarte Mota Souza

Alterado Em

29/04/2025 - 12:00:51

Mudanças de Equipe de Apoio

Nome

Nayra Tacyanna de Araujo Sousa

RENILSON DE AGUIAR LOPES

Alterado Em

29/04/2025 - 12:00:51

29/04/2025 - 12:00:51

Luciano de Souza Gomes

Pregoeiro

Prefeitura Mun. de Chapadinha
Luciano Souza Gomes
Pregoeiro

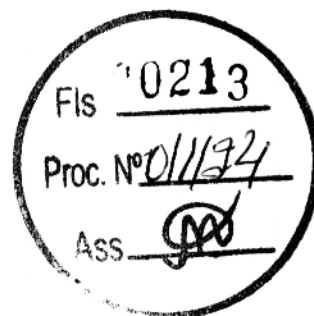
Nayra Tacyanna de Araujo Sousa

Apoio

Prefeitura Mun. de Chapadinha
Nayra Tacyanna de Araujo Sousa
Membro CPL

RENILSON DE AGUIAR LOPES

Apoio
Renilson de Aguiar Lopes
Membro da CPL



TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



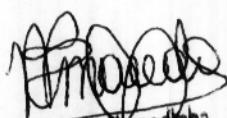
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001 - Valor Referência: 6,13

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SOARES CIA. LTDA (07.602.952/0001-24)	Adjudicado em: 29/04/2024 - 15:30:01 - Por: Vânia Duarte Mota Souza	BR	BR	200.000	1.224.000,00

Item: 0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001. - Valor Referência: 6,25

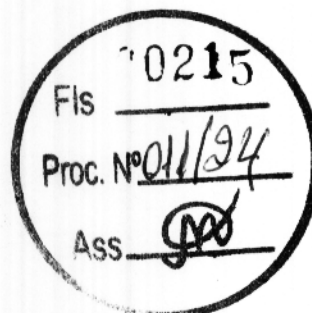
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SOARES CIA. LTDA (07.602.952/0001-24)	Adjudicado em: 29/04/2024 - 15:30:01 - Por: Vânia Duarte Mota Souza	S10	S-10	250.000	1.560.000,00


Prefeitura Mun. de Chapadinha
Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal da Educação





DESPACHO



À
Assessoria jurídica

Anexo ao presente estamos encaminhando o processo licitatório nº 011/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO que versa sobre **Aquisição de Combustíveis automotivos derivados de petróleo (gasolina comum e óleo diesel s10), de interesse da Administração Pública**, para análise, e demais providências cabíveis.

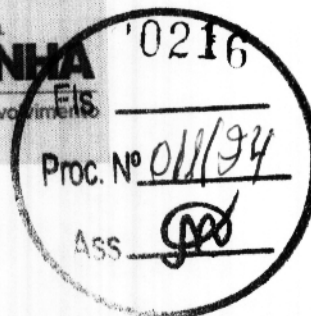
Chapadinho, 30 de Abril de 2024.

LUCIANO DE SOUZA GOMES

Comissão de Licitação

Pregoeiro

Prefeitura Mun. de Chapadinho
Luciano Souza Gomes
Pregoeiro



PARECER JURÍDICO

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE CHAPADINHÃ-MA.

ASSUNTO: *Solicitação de elaboração de parecer jurídico final referente ao Processo Administrativo nº1109/2024 e Pregão Eletrônico de nº011/2024, cujo objeto é o Registro de Preços para Eventual Contratação de empresa para aquisição de combustível automotivos derivados de petróleo (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel s10), de interesse desta administração pública de Chapadinhã-MA.*

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO.

PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. Para futura e eventual contratação de empresa para serviços de aquisição de combustível automotivos derivados de petróleo. EMISSÃO

DE PARECER JURÍDICO QUANTO À LEGALIDADE. OPINIÃO PELO PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO.

I - Fases Externas. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº008/2023.

II - Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

I - RELATÓRIO

Por despacho do Departamento de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise do Pregão Eletrônico 011/2024, que objetiva Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa especializada para serviços aquisição de combustível automotivos derivados de petróleo (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel s10), de interesse desta administração pública de Chapadinhã-MA.

Registre-se que se trata de solicitação de parecer jurídico final do Processo Administrativo em epígrafe. No que tange à fase externa, temos que o presente feito está acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Edital abril de 2024 e anexos;
- b) Publicação no Portal da Transparência do Município de Chapadinhã, Portal do TCE, em 09 de abril de 2024, c) Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital;
- c) Aviso publicado no diário de Oficial do município e Portal do TCE, obedecendo os prazos previsto em lei.
- d) As empresas C.C SOARES CIA LTDA, APRESENTARAM SUAS PROPOSTAS.

10

- e) Sessão Pública;
- g) ata final; Em fase de lances após várias rodadas de lances e diligências realizadas a empresa, C. C SOARES CIA LTDA, foi declarada vencedora.
- h) Não houve intenção de Recurso pela empresa C. C SOARES CIA LTDA.
- i) solicitação de parecer jurídico final.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos da Lei nº 14.133/2021, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

É o relatório. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se o instrumento convocatório sub examine, podemos inferir que está presente a sua regularidade jurídico-formal, que se encontra em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pelo que entendemos estar atendidos os preceitos do artigo de Lei nº 14.133/2021.

O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto.

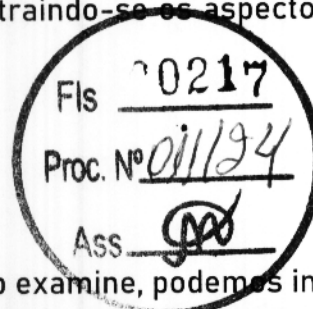
Verifica-se nos autos a cópia da publicação no Portal da Transparência do Município, Portal do SINCONTRATA, Portal de Transparência do Estado do Maranhão.

Neste sentido: Lei nº 14.133/2021

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Parágrafo único. A Administração também poderá submeter a licitação a prévia consulta pública, mediante a disponibilização de seus elementos a todos os interessados, que poderão formular sugestões no prazo fixado.

Neste sentido também a jurisprudência também.



10

A alteração de cláusula editalícia capaz de afetar a formulação das propostas das licitantes sem a republicação do edital e a reabertura dos prazos para apresentação de novas propostas ofende os princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia. (TCU - Acórdão 2032/2021 Plenário)

No caso em questão, ocorreu impugnação ao edital, o Processo obedeceu o disposto da Lei Nº14.133/2021, que prima que quando a impugnação ao edital, acolhida, novos prazos serão adotados para o procedimento.

Art. 55. [...]

1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Assim, houve o devido processo legal.

Impende, ainda, consignar o procedimento previsto no Art. 17 da NLLC, especificamente, in verbis:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

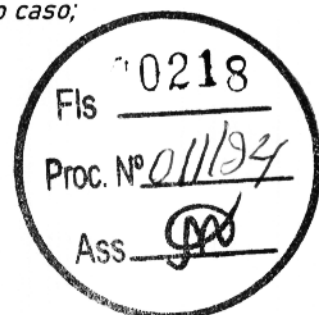
III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.



Na abertura do Pregão Eletrônico em epígrafe, participaram as seguinte empresa interessada: C. C SOARES LTDA, apresentaram suas propostas.

Coube ao Pregoeiro avaliar a conformidade da proposta com as exigências do edital.

Em seguida, o Pregoeiro realizou a fase de lances através da plataforma empregada, efetuando, ainda, negociação individual, nos termos do art. 61 da Lei Federal n. 14.133/2021.



Logo após a etapa de negociação acima, o Pregoeiro realizou nova verificação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado no edital.

Passou-se, então, à verificação dos documentos de habilitação, cuja tarefa, nos termos do art. 8º da Lei n.14.133/2021 e do art. 2º, IX, incumbe ao Pregoeiro, sendo constado que a licitante primeira classificada atendeu aos requisitos de habilitação.

Solicitação de diligência ocorrida tem cabimento na Lei nº 14.133/2021.

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

Ao final, o Pregoeiro Municipal declarou vencedora a empresa, C.C SOARES CIA LTDA, com fundamento na melhor proposta, com base no menor preço por item objeto da presente licitação, perfazendo o montante total de R\$ 2.584.000,00 (Dois milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil reais), para contratação do objeto licitado.

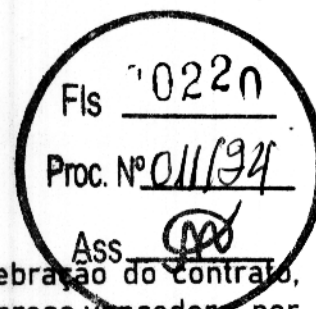
Não há qualquer registro de interposição de recurso administrativo contra a decisão do Sr. Pregoeiro Municipal, ratificando-se, assim, o resultando acima.

No tocante aos documentos apresentados pela empresa declarada vencedora, percebe-se a comprovação de regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos da NLLC e DECRETO MUNICIPAL Nº008/2023.

Por derradeiro, cumpre salientar que esta assessoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal, como diz JUSTEN FILHO (2014. p. 689) "o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica", ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

Sendo assim, o procedimento administrativo em análise obedeceu aos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº10.024/2019 e Decreto Municipal nº 008/2023.

[assinatura]



Por último, recomenda-se que previamente à celebração do contrato, seja verificado se existe registro de sanção aplicada a empresa vencedora, por meio de consulta em sites especializados, especialmente no TCE-PR (Mural de Impedido de Licitar - Instrução Normativa n.º 156/2020, do TCE-PR), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (Art. 91, § 4º, da Lei Federal 14.133/2021), tendo em vista que a existência de penalidade pode ensejar o impedimento da contratação.

Feitas tais ponderações, entendo que o procedimento está apto para ser homologado, emitindo-se, na sequência, o instrumento de contrato, a fim de possibilitar a contratação no momento oportuno.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos no sentido de que o processo licitatório de Pregão Eletrônico 011/2024 atende ao regramento pertinente, especialmente no que diz respeito às Leis de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 008/2023, pelo que entendemos, com as devidas vênias admitidas, que o presente certame está apto a ser submetido à homologação e adjudicação, nos termos do Art. 71, inciso IV, Lei de nº 14.133/2021.

Neste sentido:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
(...)

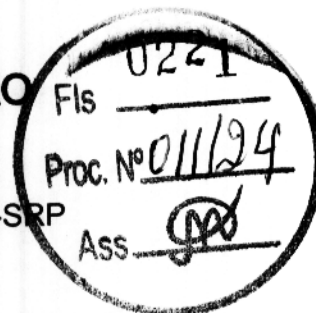
IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

Chapadinhá-MA 02 de maio de 2024.

Karlian Karinne Aguiar Carvalho
Karlian Karinne Aguiar Carvalho
Assessoria Jurídica Municipal.

Karlian Karinne Aguiar Carvalho
Assesora Jurídica

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



Resultado da Homologação

0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001 - BR - Valor Referência: 6,13

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SOARES CIA. LTDA	6,12	1.224.000,00	Homologado em 03/05/2024 17:57:14 Por: Vânia Duarte Mota Souza

0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001. - S10 - Valor Referência: 6,25

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SOARES CIA. LTDA	6,24	1.560.000,00	Homologado em 03/05/2024 17:57:14 Por: Vânia Duarte Mota Souza

Nara da Silva Macedo
Autoridade Competente

Prefeitura Mun. de Chapadinha
Nara da Silva Macedo
Secretaria Municipal de Educação





PREFEITURA MUNICIPAL

CHAPADINHÁ 22

Compromisso e Desenvolvimento

Fis.

Proc. Nº

011/24

Ass.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP
PROC. ADM. Nº 1109/2024**

Pelo presente termo a Secretaria Municipal de Educação, Município de Chapadinhá/MA, através da Prefeitura Municipal de Chapadinhá torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento das propostas de que trata o processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 011/2024-SRP, que teve como objetivo a seleção das melhores propostas para o REGISTRO DE PREÇOS, DO TIPO MAIOR DESCONTO, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Foi em toda sua tramitação atendida a legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o processo licitatório nº 011/2024-SRP Adjudicada a proponente a empresa: Nome da Empresa: C. C. SOARES CIA. LTDA, Valor total: R\$ 2.784.000,00 (Dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil reais). Sistema de Registro de Preços em atendimento a Secretária Municipal de Educação e Saúde.

Nos termos da Ata de Sessão de Julgamento o seu objeto.

Chapadinhá/MA, 03 de Maio de 2024

Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação

Prefeitura Mun. de Chapadinhá
Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA - MA



SEGUNDA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 2024

CHAPADINHA - MA

VOL. 04, Nº 3349 – PÁGINAS: 06

ATOS MUNICIPAIS

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes do procedimento licitatório nº 010/2024, Processo Administrativo nº 1236/2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e em cumprimento aos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acolho o relatório e HOMOLOGO o processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-SRP. OBJETO: Registro de Preços, do tipo menor preço, visando a Futura Contratação de Empresa para Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) 13k e (GLP) 45kg e vasilhame, destinados as Secretarias do Município de Chapadinho/MA.

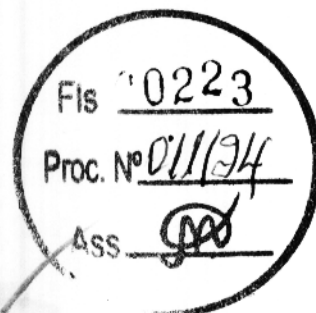
Fornecedor: C L DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ. 40.183.216/0002-35
Serviço Valor: R\$ 964.000,00 (Novecentos e sessenta e quatro mil reais).
Homologado em 03/05/2024

Publique-se. Ao departamento competente para as providências de costume.

Chapadinho (MA), 03 de Maio de 2024.

Vânia Duarte Mota Souza
Secretária Adjunta de Administração

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP
PROC. ADM. Nº 1109/2024



Pelo presente termo a Secretaria Municipal de Educação, Município de Chapadinho/MA, através da Prefeitura Municipal de Chapadinho torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento das propostas de que trata o processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 011/2024-SRP, que teve como objetivo a seleção das melhores propostas para o **REGISTRO DE PREÇOS, DO TIPO MAIOR DESCONTO, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** Foi em toda sua tramitação atendida a legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o processo licitatório nº 011/2024-SRP Adjudicada a proponente a empresa: Nome da Empresa: C. C. SOARES CIA. LTDA, Valor total: **R\$ 2.784.000,00 (Dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil reais).** Sistema de Registro de Preços em atendimento a Secretária Municipal de Educação e Saúde.

Nos termos da Ata de Sessão de Julgamento o seu objeto.

Chapadinho/MA, 03 de Maio de 2024.

Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

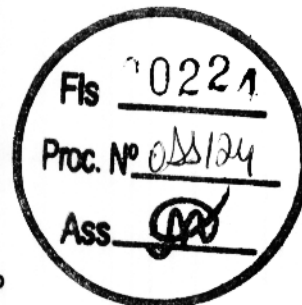
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2021- CARONA Nº 004/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1998/2024 (APENSO AO PORC. ADM Nº 0101.0148.2021). PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e a Empresa BRASILINK SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.021.435/0001-00. OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato tem por objeto a prorrogação por mais 08 (oito) meses, para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Provedor de Internet para Secretaria Municipal de Administração do município de Chapadinho/MA. DATA DE ASSINATURA, 03 de Maio de 2024. VIGÊNCIA DO TERMO DE ADITIVO: 08 (oito) meses. BASE LEGAL: Art. 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e Carona nº 004/2021 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024, 07.02.00 – Secretaria Municipal de Administração, 04.122.0002.2009.0000- Manutenção e funcionamento da Secretaria de Administração, 3..3.90.39.00- Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais). ASSINATURAS: CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, Representado pela Sra. Vânia Duarte Mota Souza e CONTRATADA: Empresa BRASILINK SERVIÇOS EIRELI-ME, representada pelo Thiago Santos de Aquino. Chapadinho/MA. 03/05/2024. Vânia Duarte Mota Souza. Secretária Adjunta de Administração.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021- CARONA Nº 004/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1999/2024. APENSO AO PROC. ADM Nº 0101.0148.2021 PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa BRASILINK SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.021.435/0001-00. OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato tem por objeto a prorrogação por mais 08 (oito) meses, para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Provedor de Internet para Secretaria Saúde de Administração do município de

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



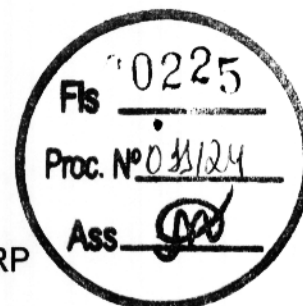
C. C. SOARES CIA. LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 07.602.952/0001-24 - Endereço:
Av Ataliba Vieira de Almeida - CEP: 65500000 - UF: MA - Município: Chapadinha - Telefone: (98)
99114-6067

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001	BR	BR	200.000 L	R\$ 6,12	R\$ 1.224.000,00
0002	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10 AUTOMOTIVO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP N° 006/2001.	S10	S-10	250.000 L	R\$ 6,24	R\$ 1.560.000,00
TOTAL DO VENCEDOR						R\$ 2.784.000,00

Valor Total: R\$ 2.784.000,00



RANKING DO PROCESSO
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Registro de Preços Eletrônico - 011/2024-SRP



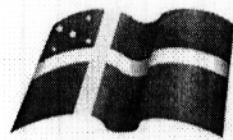
0001 - Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001 | Valor de Referência: 6,13

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marcas/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	R\$ 6,12	200.000	BR	BR	EPP/SS	Sim

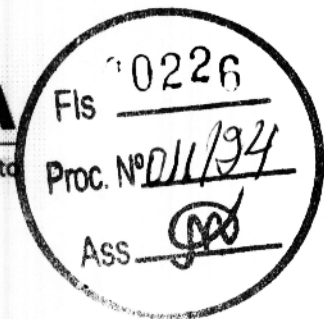
0002 - Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001. | Valor de Referência: 6,25

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marcas/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SOARES CIA. LTDA	07.602.952/0001-24	R\$ 6,24	250.000	S10	S-10	EPP/SS	Sim





PREFEITURA MUNICIPAL
CHAPADINHA
Compromisso e Desenvolvimento



CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de CHAPADINHA-MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, convoca a empresa C. C. SOARES E CIA LTDA, representada pelo Sr. Cloves Carlos Soares, portador do CPF nº 329.841.033-00, para assinatura da Ata de Registro de Preços nº 021/2024- Pregão Eletrônico nº 011/2024.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Chapadinho, 10 de Junho de 2024.

Atenciosamente,

Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação

Prefeitura Mun. de Chapadinho
Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 SRP

PROCESSO ADM. Nº 1109/2024

Aos 10 dias do mês de Junho de 2024, o Município de Chapadinho/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, nº 1045 – Centro - CEP: 65.500-000 – Chapadinho/MA, CNPJ. nº 30.887.156/0001-05, neste ato representada pela Sra. Nara da Silva Macedo, brasileira, casada, Secretária Municipal de Educação, residente nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 021/2024, publicada no 10/05/2024, processo administrativo nº 1109/2024, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualifica- da(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, DO TIPO MAIOR DESCONTO, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 011/2024-SRP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: C. C. SOARES E CIA LTDA					
CNPJ: 07.602.952/0001-24					
ENDEREÇO: Av. Ataliba Vieira de Almeida, nº 2010 – Centro, Chapadinho/MA					
REPRESENTANTE: Cloves Carlos Soares					
E-MAIL: postocidadema@hotmail.com			TEL.: (98) 98413-7075		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$
1.	Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	200.000	6,12	1.224.000,00
2.	Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	250.000	6,24	1.560.000,00

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.784.000,00 (Dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil reais).

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.
3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretarias Municipais de Educação e Saúde.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, na condição de não participantes a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil

subsequente à data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante ~~anulação~~ do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.1.3.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021,

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

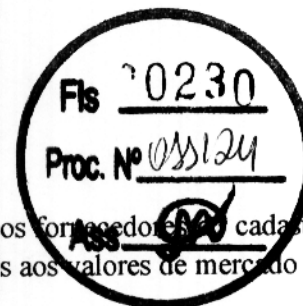
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.





7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante com- provação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o com- promisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

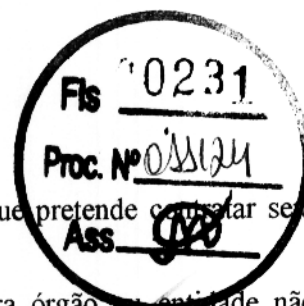
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.





8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

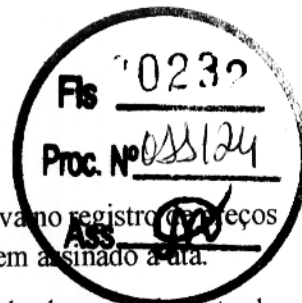
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

5

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

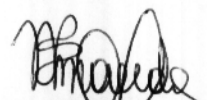
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos neste edital.

12. DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro do Município de Chapadinhã, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Chapadinhã(MA), 10 de Junho de 2024. 6


Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação
Representante legal do órgão gerenciador

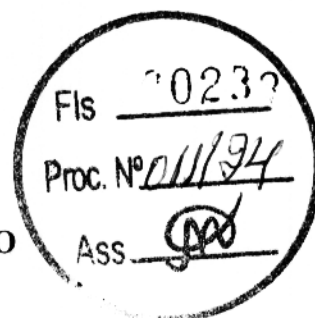
C C SOARES E CIA
LTDA:07602952000124

Cloves Carlos Soares
Representante legal do fornecedor registrado

Assinado de forma digital por C C
SOARES E CIA
LTDA:07602952000124
Dados: 2024.06.20 10:50:34 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL
CHAPADINHA
Compromisso e Desenvolvimento



CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O Município de CHAPADINHA-MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, convoca a empresa C. C. SOARES E CIA LTDA, representada pelo Sr. Cloves Carlos Soares, portador do CPF nº329.841.033-00, para assinatura do Contrato 213/2024- Pregão Eletrônico nº 011/2024.

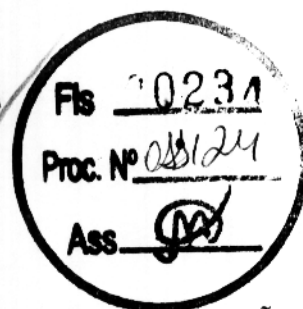
Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Chapadinho, 14 de Junho de 2024.

Atenciosamente,

Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação
Prefeitura Mun. de Chapadinho
Nara da Silva Macedo
Secretária Municipal de Educação



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 213/2024

PROC. ADM. Nº 1109/2024

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO Nº 213/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A
EMPRESA C. C. SOARES E CIA LTDA.**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CHAPADINHA**, CNPJ Nº 30.887.156/0001-05, sediada na Avenida Vitorino Freire nº 1045 - Terras Dura, Chapadinhã - MA, representada neste ato pela Sra. Nara da Silva Macedo, brasileira, casada, Secretária Municipal de Educação, residente nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **C. C. SOARES E CIA LTDA**, CNPJ: 07.602.952/0001-24, localizada na Av. Ataliba Vieira de Almeida, nº 2010 - Centro, Chapadinhã/MA, por intermédio do proprietário e representante legal o Sr. Cloves Carlos Soares, empresário, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 053208192014-0 SESP/MA e CPF: 329.841.033-00, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1109/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 011/2024-SRP, por Sistema de Registro de Preços nº 021/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

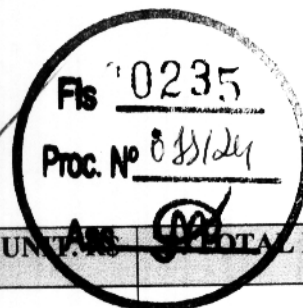
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os serviços ou o fornecimento contínuo serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do Termo de Referência/Projeto Básico, bem como nas normas técnicas para a execução do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de **R\$ 1.113.600,00 (um milhão cento e treze mil e seiscentos reais)**, de acordo com a planilha abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	TOTAL R\$
1.	Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	80.000	6,12	489.600,00
2.	Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	100.000	6,24	624.000,00

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, conforme execução dos serviços, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura Municipal de Chapadinhã.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura Municipal de Chapadinhã.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.



Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 06 (seis) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

3

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

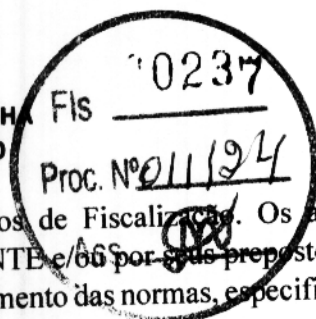
Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO





A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá à comissão designada por ato de portaria. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de caução, equivalente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Prefeitura Municipal de Chapadinho se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Hipóteses:



Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Prefeitura Municipal de Chapadinha, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

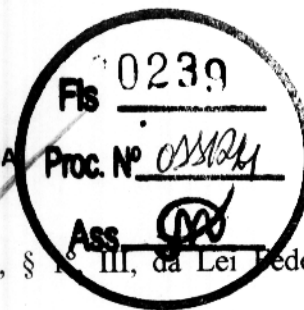
Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.





Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto - A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autoriza- dos.

Parágrafo Sexto - A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo - No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interposição judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

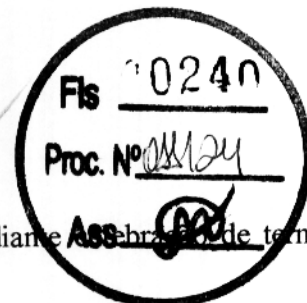
Parágrafo Sexto - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará até 31/12/2024, contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante ~~Assinatura~~ de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Prefeita Municipal de Chapadinha que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATAN- TE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

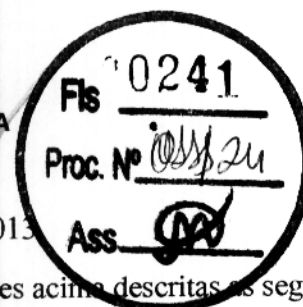
der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

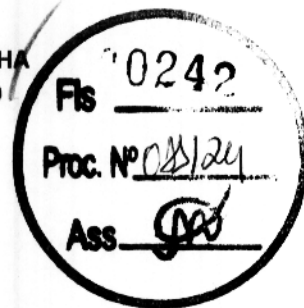
Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a natureza e a gravidade da infração cometida;



as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

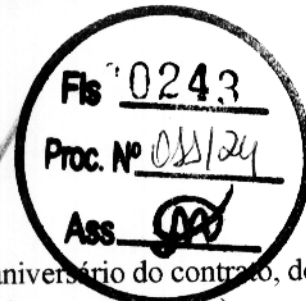
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Técnico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Ba- lanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA, classificada conforme abaixo especificado:

02.12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.122.0012.2034.0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0013.2113.0000 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE
12.361.0031.2112.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT
02.12.04 FUNDO MUNIC. DESENVOLV. EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0016.2046.0000 MANUTENÇÃO e ENCARGOS – ENSINO FUNDAMENTAL 30%
33.90.30.00 Material de Consumo.

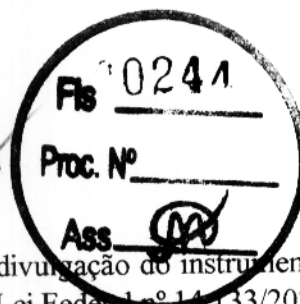
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de CHAPADINHA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527,





de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

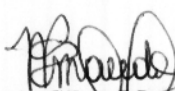
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Chapadinhã (MA), 14 de Junho de 2024.


Nara da Silva Macedo
Representante legal da Contratante

C C SOARES E CIA
Assinado de forma digital por C C
SOARES E CIA
LTDA:07602952000124
Dados: 2024.06.20 10:51:13 -03'00'

Cloves Carlos Soares
Representante legal da Contratada

11



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA - MA



SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2024

CHAPADINHA - MA

VOL. 04, Nº 5373 - PÁGINAS: 25

ATOS MUNICIPAIS

normas atinentes à espécie. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024:

02.07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2009.0000	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
33.90.30.00	Material de Consumo
02.12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
04.122.0002.2090.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
3.3.90.30.00	Material de Consumo

VIGÊNCIA: 31/12/2024. DATA DA ASSINATURA: 31 de Dezembro de 2024. Chapadinhã (MA), 31 de Dezembro de 2024. Vânia Duarte Mota Souza/Secretária Adjunta de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 221/2024 - Processo Administrativo Nº 4557/2023. ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023-SRP. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração. CONTRATADA: T. L. DOS SANTOS E CIA LTDA, CNPJ: 10.942.196/0001-97. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO. VALOR TOTAL: R\$ 124.250,00 (Cento e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta reais). FUNDAMENTAÇÃO: Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto Nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas atinentes à espécie. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024:

02.33.00	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
08.181.0003.2011.0000	Manutenção da Guarda Municipal
02.33.01	FUNDO MUNICIPAL DE SEG. PÚBLICA, DEFESA SOCIAL E TRANSITO
26.782.0006.2148.0000	MANUTENÇÃO e FUNC. DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FMT
33.90.30.00	Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 31/12/2024. DATA DA ASSINATURA: 31 de Dezembro de 2024. Chapadinhã (MA), 31 de Dezembro de 2024. Vânia Duarte Mota Souza/Secretária Adjunta de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 213/2024 - Processo Administrativo Nº 1109/2024. ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADA: C. C. SOARES E CIA LTDA, CNPJ: 07.602.952/0001-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 1.113.600,00 (hum milhão cento e treze mil e seiscentos reais). FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal Nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal Nº 123/2006 - Esta-tuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal Nº 8.078/1990 e suas alterações. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024:

02.12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.122.0012.2034.0000	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0013.2113.0000	MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE
12.361.0031.2112.0000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT
02.12.04	FUNDO MUNIC. DESENVOLV. EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0016.2046.0000	MANUTENÇÃO e ENCARGOS - ENSINO FUNDAMENTAL 30%
33.90.30.00	Material de Consumo.

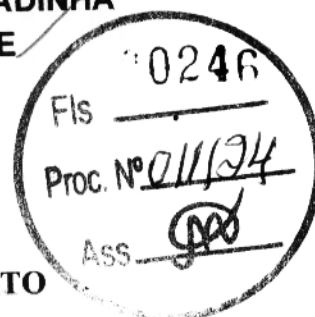
VIGÊNCIA: 31/12/2024. DATA DA ASSINATURA: 14 de Junho de 2024. Chapadinhã (MA), 14 de Junho de 2024. Nara da Silva Macedo/Secretária Municipal de Educação.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2024 - Processo Administrativo Nº 1109/2024. ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADA: C. C. SOARES E CIA LTDA, CNPJ: 07.602.952/0001-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR TOTAL: R\$ 866.400,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais). FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal Nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal Nº 123/2006 - Esta-tuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal Nº 8.078/1990 e suas alterações. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024:

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 310 - CENTRO - CEP: 65500-000-CHAPADINHA/MA - CNPJ: 06.117.709/0001-58

Página 22 de 25



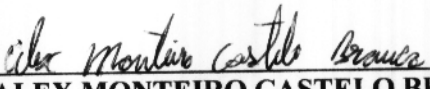
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O Município de Chapadinhã - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convoca a C. C. SOARES E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.602.952/0001-24. Representada pelo Sr. CLOVES CARLOS SOARES, C.P.F nº 329.841.033-00, para assinatura do Contrato nº 333/2024 – P.E Nº 011/2024.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Chapadinhã (MA), 28 de Novembro de 2024.

Atenciosamente,

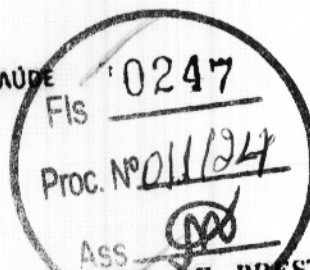

ALEX MONTEIRO CASTELO BRANCO
Secretário Municipal de Saúde

ALEX MONTEIRO CASTELO BRANCO
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Prefeitura Muni. de Chapadinhã-MA



PREFEITURA MUNICIPAL
CHAPADINHA
Comunidade e Desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2024
PROC. ADM. Nº 1109/2024

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO Nº 333/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A
EMPRESA C. C. SOARES E CIA LTDA.

O MUNICIPIO DE CHAPADINHA por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Cunha Machado nº 419 – Centro, CEP: 65.500-000 na cidade de Chapadinho/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.844.664/0001-53, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alex Monteiro Castelo Branco, portador da Carteira de Identidade nº 163715320019 SESP/MA, e CPF nº 008.933.703-47, residente nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **C. C. SOARES E CIA LTDA**, CNPJ: 07.602.952/0001-24, localizada na Av. Ataliba Vieira de Almeida, nº 2010 – Centro, Chapadinho/MA, por intermédio do proprietário e representante legal o Sr. Cloves Carlos Soares, empresário, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 053208192014-0 SESP/MA e CPF: 329.841.033-00, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1109/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 011/2024-SRP, por Sistema de Registro de Preços nº 021/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Esta-tuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os serviços ou o fornecimento contínuo serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do Termo de Referência/Projeto Básico, bem como nas normas técnicas para a execução do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de **R\$ 804.000,00 (Oitocentos e quatro mil reais)**, de acordo com a planilha abaixo:

Travessa Suraiva, nº 198 – Centro – CEP: 65.500-000 – Chapadinho/MA
CNPJ. nº 11.844.664/0001-53



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$
1.	Combustível gasolina comum automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	60.000	6,12	367.200,00
2.	Combustível óleo diesel S-10 automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP nº 006/2001.	Litro	70.000	6,24	436.800,00

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, conforme execução dos serviços, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura Municipal de Chapadinha.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura Municipal de Chapadinha.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.



Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 06 (seis) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

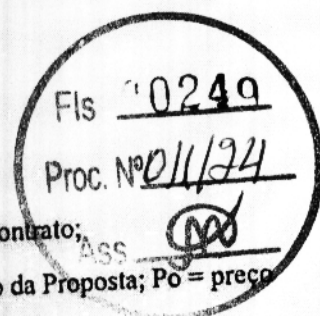
CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

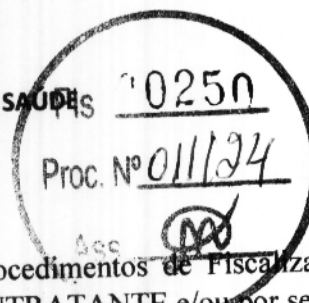
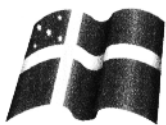
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.





CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá à comissão designada por ato de portaria. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de caução, equivalente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Prefeitura Municipal de Chapadinha se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.



Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Hipóteses:

Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Prefeitura Municipal de Chapadinho, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

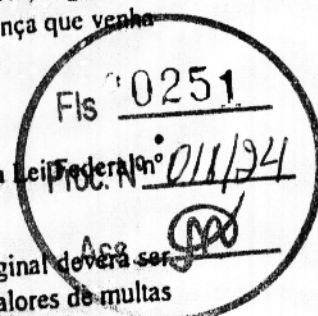
Parágrafo Quinto - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA encaminhará no Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.



5



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).

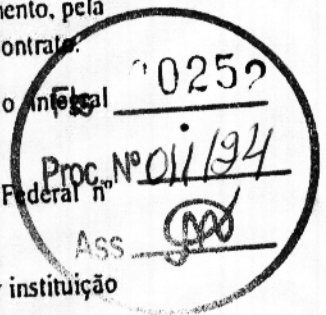
Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Travessa Sarnaiva, nº 198 – Centro – CEP: 65.500-000 – Chapadinhã/MA
CNPJ. nº 11.844.664/0001-53



6



CHAPADINHA

Compromisso e Desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará até 28/11/2025, contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Prefeita Municipal de Chapadinha que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

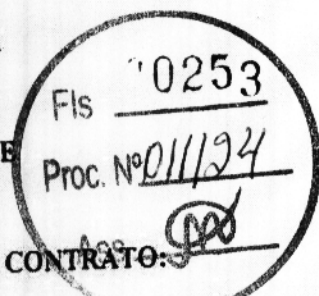
Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;



7

Travessa Saralva, nº 198 – Centro – CEP: 65.500-000 – Chapadilha/MA
CNPJ, nº 11.844.664/0001-33



der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

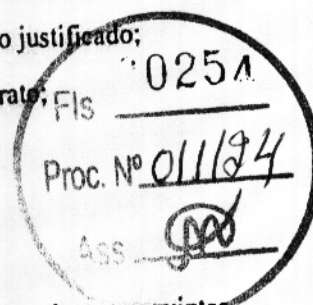
O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante no Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



8



Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

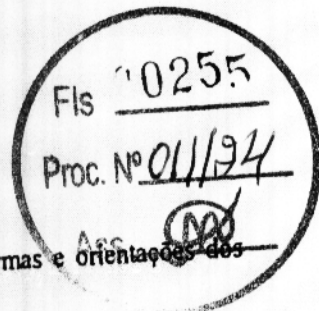
Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

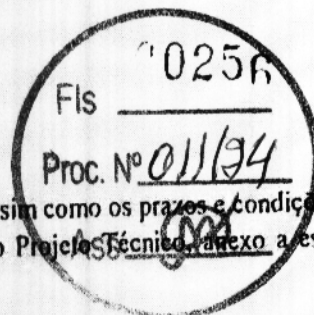
Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



9



O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Técnico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Ba- lanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

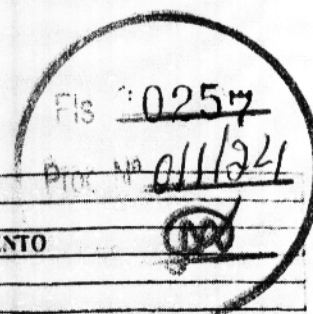
As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA, classificada conforme abaixo especificando:

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO



CHAPADINHA
Compromisso e Desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE



10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2155.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
3.3.90.30.00	Material De Consumo

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de CHAPADINHA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

11

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

ALEX MONTEIRO CASTELO BRANCO
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Prefeitura Municipal de Chapadinho-MA

Alex Monteiro Castelo Branco
Representante legal da Contratante

Cloyes Carlos Soares
Representante legal da Contratada



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA - MA



SEXTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2024

CHAPADINHA - MA

VOL. 04, Nº 3489-A - PÁGINAS: 04

EXTRA

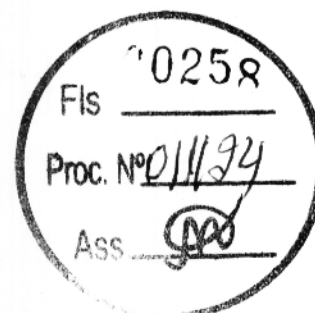
ATOS MUNICIPAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 333/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 333/2024 - Processo Administrativo Nº 1109/2024. ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADA: C. C. SOARES E CIA LTDA, CNPJ: 07.602.952/0001-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10), DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR TOTAL: R\$ 866.400,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais). FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal Nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal Nº 123/2006 - Esta- tuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal Nº 8.078/1990 e suas alterações. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 02.14 02.14.01 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO 10.122.0010.2056.0000 02.14 02.14.02 MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.122.0010.2065.0000 02.14 02.14.02 MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO PRIMARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0010.2155.0000 02.14 02.14.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.302.0010.2156.0000 02.14 MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 02.14.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.304.0010.2072.0000 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE Material De Consumo. VIGÊNCIA: 28/11/2024. DATA DA ASSINATURA: 28 de Novembro de 2024. Chapadinho (MA), 28 de Novembro de 2024. Alex Monteiro Castelo Branco/Secretário Municipal de Saúde.

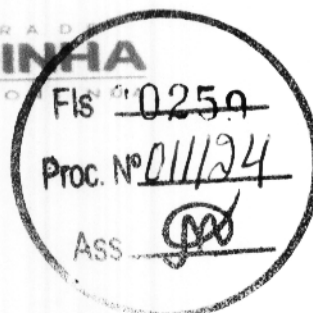
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2024

Pregão Eletrônico nº 048/2024-SRP. Processo Adm. nº 5534/2024. Objeto: **Registro de Preços, do tipo menor preço por item, visando a futura e eventual contratação de empresa objetivando a prestação em serviço de locação de veículos leves e pesados para atender as necessidades da Prefeitura, secretarias e fundos municipais de Chapadinho/MA;** Abertura: 17/01/2025 às 09:00h; Endereço Eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br). Base Legal: Termos da Lei nº 14.133/2021. Informações e Consultas: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadinho, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro - Chapadinho- MA - CEP: 65.500-000; E-mail: cplichapadinho2021@gmail.com e Site do Portal da Transparência do Município de Chapadinho: <http://transparencia.chapadinho.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce> e <https://app.tcema.tc.br/sinccontrata/mural/procedimento>. Chapadinho/MA, 27 de Dezembro de 2024. Luciano de Souza Gomes - Pregoeiro.





PREFEITURA DE
CHAPADINHA
O TRABALHO COM DIGNIDADE



ERRATA NA PUBLICAÇÃO NA DATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

NO DIA 11 DE ABRIL DE 2024, NA PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, PROC. ADMINISTRATIVO 1109/2024- P.E nº 011/2024. FOI PUBLICADO A DATA DO AVISO DE LICITAÇÃO INCORRETA.

ONDE SE LÊ: 09 de Abril de 2024.

LEIA-SE: 12 de Abril de 2024.

Chapadinha-MA, 03 de Abril de 2025



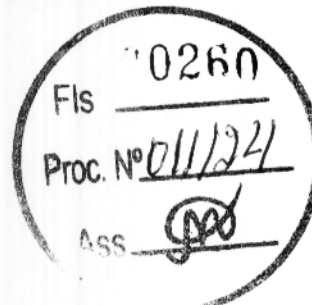
ERRATA NA PUBLICAÇÃO NA DATA DO AVISO DE LICITAÇÃO PE-011/2024

ERRATA NA PUBLICAÇÃO NA DATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

NO DIA 11 DE ABRIL DE 2024, NA PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, PROC. ADMINISTRATIVO 1109/2024-P.E nº 011/2024. FOI PUBLICADO A DATA DO AVISO DE LICITAÇÃO INCORRETA.

ONDE SE LÊ: 09 de Abril de 2024.
LEIA-SE: 12 de Abril de 2024.

Chapadina-MA, 03 de Abril de 2025



Identificador: 862-99d5106537d470bbc1fb0f161c94eeb67d4e7b64

TERMO DE RATIFICAÇÃO -DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Município de Chapadina-MA, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismos e Mobilidade Urbana, representada pelo Secretário Raimundo Peres da Silva Filho, ratifica o Contrato nº 024/2025-DL 004/2025, referente à contratação da empresa Marcelo G. da Silva, inscrita no CNPJ nº 32.318.039/0001-48, para elaboração de projeto completo para a Requalificação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto do Município de Chapadina-MA. O valor total é de R\$ 119.997,00 (cento e dezenove mil, novecentos e noventa e sete reais), com prazo de vigência de 20 de janeiro a 20 de abril de 2025, conforme as disposições legais da Lei nº 14.133/2021. O pagamento será efetuado em duas parcelas, a primeira de 58,33% após a assinatura do contrato e o restante de (41,67%) após a entrega dos serviços, conforme ateste do setor competente.

Chapadina-MA, 15 de Janeiro de 2025.

RAIMUNDO PERES DA SILVA FILHO
Secretário Municipal de Obras, Urbanismos e Mobilidade Urbana
CONTRATANTE

Esta Ratificação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2025.

Identificador: 1448-0ba18f79abdcfc2c63310234a65861951561c98a

TERMO DE RATIFICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº010/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Município de Chapadina-MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Nara da Silva Macedo, ratifica o Contrato nº 044/2025-DL 010/2025, referente à contratação da empresa **NORTE REFRIGERAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.920.658/0009-20, para a aquisição de materiais e equipamentos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Chapadina/MA, conforme as condições estabelecidas no Anexo Técnico do contrato. O valor total do contrato é de **R\$ 61.943,00 (Sessenta e um mil reais, novecentos e quarenta e três reais)**, com prazo de vigência de **13 de fevereiro de 2025 a 30 de junho de 2025**. O contrato está fundamentado no art. 75, inciso I da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e as despesas correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica.

Chapadina-MA, 10 de Fevereiro de 2025.



ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO P.E 011/2024

ERRATA NO VALOR DO EXTRATO DE CONTRATO **CONTRATO nº 333/2024**, PROC. ADMIN. Nº1109/2024, PREGÃO ELETRONICO 011/2024-SRP..

Na Publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial Municipal do dia 27 de Dezembro de 2024, Edição nº3489-A, Pag. 04, deu-se a informação do valor do contrato.

Onde se lê: VALOR TOTAL: R\$ 866.400,00

Leia-se: VALOR TOTAL: R\$ 804.000,00

Chapadina/MA 16 de Maio de 2025





ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO P.E 011/2024

ERRATA NO VALOR DO EXTRATO DE CONTRATO **CONTRATO nº 333/2024**, PROC. ADMIN. Nº1109/2024, PREGÃO ELETRONICO 011/2024-SRP..

Na Publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial Municipal do dia 27 de Dezembro de 2024, Edição nº3489-A, Pag. 04, deu-se a informação do valor do contrato.

Onde se lê: VALOR TOTAL: R\$ 866.400,00

Leia-se: VALOR TOTAL: R\$ 804.000,00

Chapadina/MA 16 de Maio de 2025

Identificador: 1167-a1c1d1ab1d8d93661b2d015919678406836350f2

ERRATA EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2024

ERRATA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2024 – CONCORRÊNCIA Nº 010/2024

Publicado no Diário Oficial do Município de Chapadina/MA no dia 19/12/2024, página 03 - Vol. 04, Nº 3486.
Onde se lê:

"VÂNIA DUARTE MOTA SOUZA / Alex Monteiro Castelo Branco / CONTRATANTE"

Leia-se:

"VÂNIA DUARTE MOTA SOUZA / CONTRATANTE"



Motivo da correção: Retirada indevida do nome de Alex Monteiro Castelo Branco como representante da CONTRATANTE, permanecendo apenas Vânia Duarte Mota Souza como signatária válida do instrumento.

Chapadina/MA, 16 de Maio de 2025.

Vânia Duarte Mota Souza
Secretaria Municipal de Administração
Município de Chapadina/MA

Identificador: 1167-7b762bd9dc7b53da8d8d2bb909f5cf3cbabeaa5d

ERRATA DO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 174/2024

ERRATA DO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 174/2024

ERRATA DO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 174/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 010/2024. Cujo objeto é: : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica de vias urbanas do município de Chapadina/MA. Publicação no Diário oficial do Município no dia 27 de Dezembro de 2024, na página 04 Edição nº 3489. ONDE SE LÊ: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO

CONTRATO Nº 174/2024 . LEIA-SE: TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 174/2024- CONCORRÊNCIA Nº 010/2024", ONDE SE LÊ: 01/01/2025. LEIA-SE: 31/12/2024 e ONDE SE LÊ: O contrato será válido até 31/12/2025. LEIA-SE: O contrato será válido até 27/12/2025." RAIMUNDO PERES DA SILVA FILHO - Secretário Municipal de Obras, Urbanismos e Mobilidade Urbana.

Identificador: 2026-e8d74ba5dd95c83f6bd937ff6bcebdddbbc74e01